
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL DE LICITAÇÃO VIA INTERNET

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 091/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº: 008/2023

O **Serviço Autônomo Saneamento Básico - SAAE**, do município de Itabirito/MG, torna público, na presença e ciência da Comissão Permanente de Licitação designada pela portaria SAAE nº 075/2023 de 16 de agosto de 2023, que **às 09:00hs (Nove horas) do dia 06/10/2023**, na sala de reuniões (2º andar) na sede do SAAE, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, Itabirito/MG, **será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo de julgamento Menor Preço Global** forma de execução indireta sob o Regime de Empreitada por Menor Preço Unitário.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio, para atender demandas do Serviço Autônomo de Saneamento Básico – SAAE, do município de Itabirito-MG.

Razão Social			
CNPJ			
Endereço:			
e-mail:			
Cidade:		Estado:	
Telefone:		Fax:	

Obtivemos através do acesso ao site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura

Sr (a). Licitante,
Visando comunicação futura entre o SAAE – Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito e essa empresa, **SOLICITAMOS PREENCHER O RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL E REMETER** ao setor de Licitações através do e-mail: licitacao@saaeita.mg.gov.br.

A não remessa do recibo exime o SAAE, da responsabilidade de comunicação de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 091/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº: 008/2023

O **Serviço Autônomo Saneamento Básico - SAAE**, do município de Itabirito/MG, Autarquia Municipal reestruturada pela Lei nº. 2.999 de abril de 2014, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, CEP 35450-081, inscrito no CNPJ nº. 20.067.146/0001-61, isento de inscrição estadual, torna público a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2023**, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, forma de execução **INDIRETA SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e pelas demais condições fixadas neste edital.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A SESSÃO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL INICIAR-SE-Á:

DIA: 06 de OUTUBRO de 2023.

HORA: 09h (nove horas)

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília

LOCAL: DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES – na sala de reuniões (2º andar) na sede do Serviço Autônomo Saneamento Básico – SAAE, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, Itabirito/MG.

Os trabalhos serão conduzidos pela **Comissão Permanente de Licitação (CPL) nomeada pela Portaria SAAE/ITA 075/2023.**

Declarada aberta a Sessão não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio, para atender demandas do Serviço Autônomo de Saneamento Básico – SAAE, do município de Itabirito-MG.

1.2. A execução da obra ocorrerá conforme especificações e condições estabelecidas no Projeto Básico (Anexo I) deste edital, juntamente com seus anexos (II, III, IV e V).

II – DA ÁREA SOLICITANTE

2.1. Área Técnica – Sistema de Esgoto

III – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos**, que poderão ser sanados por telefone (31) 3562-4134 e (31) 3562-4143 ou deverão ser encaminhados por escrito à Comissão pelo e-mail licitacao@saaeita.mg.gov.br ou protocolizada no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h, em **até 2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, sob pena de não acolhimento.

3.1.1. As respostas da Comissão às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas no site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes.

3.2. A impugnação aos termos deste instrumento convocatório somente será conhecida e considerada quando seguir os procedimentos contidos no artigo 41 e parágrafos da Lei nº: 8.666/93.

3.2.1. Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão e por licitante, **até o 5º (quinto) dia útil**, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@saaeita.mg.gov.br ou no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, das 8h às 16h, dirigida a Comissão, sob pena de não acolhimento.

3.2.1.1. A Comissão deverá julgar e responder a impugnação em **até 3 (três) dias úteis**, auxiliado pelo setor técnico competente, quando necessário.

3.2.2. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou licitante ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

3.2.3. Serão consideradas intempestivas impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, que por essa razão não sejam recebidas pela Comissão no prazo estabelecido.

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

3.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3.5. Não sendo feito nenhum pedido de esclarecimento ou impugnação no prazo fixado, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitirem a apresentação das propostas, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO AS PESSOAS JURÍDICAS QUE PRESTEM O SERVIÇO DE NATUREZA RELACIONADA COM O OBJETO DO PRESENTE CERTAME, LEGALMENTE CONSTITUÍDAS, E QUE ATENDAM ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

4.1.1. Poderão participar exclusivamente as microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que se enquadrem nas disposições estabelecidas nesta condição.

4.1.2. Não será aplicado o disposto no item 4.1.1, previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006, quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte **sediados local ou regionalmente** e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

4.1.2.1. Para fins do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/06 o alcance da expressão “regionalmente”, será delimitado aos municípios do Estado de Minas Gerais, haja vista que nessa região existem vários fornecedores enquadrados como ME/EPP, capazes de contratar com a Administração Pública.

4.1.2.1.1. A definição da regionalidade objetiva a promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2016.

4.2. Cópia deste instrumento convocatório permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada do Edifício-Sede do SAAE de Itabirito, no site www.saaeita.mg.gov.br/licitacoes ou poderá ser solicitado através do e-mail licitacao@saaeita.mg.gov.br ou ainda junto ao Departamento de Compras/Licitações, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

4.3. É vedada a participação:

4.3.1. de empresa concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução, fusão, cisão, incorporação ou em liquidação;

4.3.2. de empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e ainda não reabilitadas; e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único, da Lei 8.666/93;

4.3.3. de empresa suspensa ou impedida de transacionar com a Administração ou qualquer dos seus órgãos descentralizados;

4.3.4. de empresa que não for estabelecida em território nacional;

4.3.5. de empresa que esteja reunida em consórcio ou coligação¹;

4.3.6. de empresa cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

4.3.7. de empresa cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor desta Prefeitura;

4.3.8. E os demais interessados que se enquadrem nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/93.

4.4. A observância das vedações acima é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

V – DO CREDENCIAMENTO

5.1. O CREDENCIAMENTO SE DARÁ, JUNTO A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, POR:

- a) UM SÓCIO OU DIRETORIA**, com poderes de administração, munido de documento de identidade e cópia do respectivo estatuto, devidamente registrado, acompanhado pela ata de eleição ou contrato social e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

¹ Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando a ausência de complexidade do objeto a ser licitado; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação da participação de empresas em “consórcio” neste certame. Ainda, a autorização para o consorciamento de empresas para execução do objeto poderia diminuir circunstancialmente o número de participantes no certame, se mostrando um ato antieconômico.

b) UM REPRESENTANTE, munido de procuração, documento de identidade e cópia do respectivo estatuto, devidamente registrado, acompanhado pela ata de eleição ou contrato social e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, da empresa que representa.

5.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa licitante neste certame, sob pena de exclusão sumária dos representados.

5.3. Os documentos exigidos neste instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada legível, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº: 8.666/93, com exceção dos extraídos via internet.

5.4. Uma vez entregues os envelopes, não serão considerados cancelamentos, retificações, alterações, ou acréscimos de novas documentações aos mesmos e nos documentos neles contidos, somente sendo aceitos aqueles documentos acondicionados nos respectivos envelopes, ressalvadas as hipóteses legais.

VI – DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. Os documentos de habilitação e a proposta comercial exigidos neste edital deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes distintos, indevassáveis e colados, rubricados nos fechos, sob pena de desqualificação, até o dia, horário e local fixado neste Edital, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01

<p>ENVELOPE Nº 01 <u>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u> PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 091/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº.: 008/2023 Nome da empresa/ CNPJ / Endereço</p>

ENVELOPE Nº 02

<p>ENVELOPE Nº 02 <u>PROPOSTA DE PREÇOS</u> PROCESSO LICITATÓRIO Nº.:091/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº.: 008/2023 Nome da empresa/ CNPJ / Endereço</p>

6.2. Os envelopes contendo os documentos para habilitação e a proposta deverão ser protocolados no Setor de Compras/Licitações do SAAE, localizado na Rua Rio Branco, nº. 99, 2º andar, Centro, Itabirito-MG, ou entregues pessoalmente, na sala de reuniões de licitações até o horário de abertura do certame.

6.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes apresentados após a data e hora estipuladas neste Edital.

6.4. O SAAE não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do Setor de Compras/Licitações do SAAE, e que, por isso, não cheguem na data e/ou horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório, valendo como horário oficial para este certame o de Brasília/DF.

6.5. A abertura dos envelopes “Proposta de Preços” será feita no mesmo local indicado no preâmbulo para a abertura dos envelopes “Documentos de Habilitação”, em data e horário a serem comunicados com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas.

6.5.1. Na sessão de abertura dos envelopes “Documentos de Habilitação” poderão ser abertos os envelopes “Proposta de Preços”, se, presentes os prepostos de todas as licitantes, estes desistirem expressamente de interpor recursos de decisões referentes à fase de habilitação, nos termos do art. 43, inc. III e artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.6. A licitante que se fizer representar no ato de abertura dos envelopes, ou na ocorrência da situação prevista no art. 45, § 2º, da Lei 8.666/93, deverá apresentar documento credenciando seu (a) representante para tal fim, considerando-o(a) com poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, exceto os expressamente vedados, devendo este ser entregue no ato pelo próprio preposto.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01

7.1. Para participar deste certame, o proponente deverá apresentar o envelope “Documentos de Habilitação” hermeticamente fechado, contendo os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para recebimento dos envelopes, devendo ser entregues, preferencialmente, de forma ordenada, consoante relação abaixo:

7.1.1. REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E OUTRAS DECLARAÇÕES

7.1.1.1. Prova de inscrição do CNPJ do estabelecimento que participará da licitação;

7.1.1.2. Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.1.3. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com o Município sede da licitante;

7.1.1.4. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública Estadual;

7.1.1.5. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa Unificada, referente aos tributos federais e contribuições previdenciárias.

7.1.1.6. Certidão Negativa de Débito trabalhista ou Positiva com Efeito de Negativa;

7.1.1.7. Declaração que a licitante atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso V do Artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. (Anexo VIII)

7.1.1.8. Declaração de fatos impeditivos. (Anexo VII)

7.1.1.9. SOMENTE AS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DEVERÃO JUNTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, A DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO A FIM DE FAZER JUS AOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006. (modelo anexo IX).

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.2.1. Registro comercial, e sua última alteração, se houver, no caso de Empresa Individual.

7.1.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e todas as suas alterações, se houver, devidamente registrados, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.

7.1.2.3. Estatuto e suas alterações, se houver acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações.

7.1.2.4. Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de que a diretoria está em exercício, no caso de sociedades civis.

7.1.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA-FINANCEIRA

7.2.1 Qualificação Técnico-profissional

7.2.2. Para atendimento à qualificação técnico-profissional, será exigida a comprovação de o licitante possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional (is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor (res) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhando(s) da(s) respectiva(s) certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:

Comprovação da parcela de maior relevância técnica sobre no mínimo:

- ✓ **Construção de rede PVC OCRE JEI com 3.000 metros de extensão**

7.2.3. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou do contrato de trabalho devidamente registrado no CREA da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

7.2.4. Para fins de contratação, devem o(s) profissional(ais) e empresa(s) com registro em outro Estado também possuir(rem) o visto de atuação profissional emitido pelo CREA/MG, que deverá ser apresentado no momento da assinatura do Contrato;

7.2.5. O atestado técnico emitido em nome do profissional somente poderá ser utilizado por uma única empresa licitante. Sendo que, caso o mesmo atestado seja apresentado por mais de uma licitante, o mesmo será desconsiderado como documento comprovador da qualificação técnica requerida;

7.2.6. Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA, do responsável técnico que acompanhará a execução da obra de que trata o objeto. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica da licitante.

7.3. Qualificação Econômico-financeira

7.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Certidão de Recuperação Judicial da sede da pessoa jurídica, conforme Lei 11.101/2005, expedida pelo cartório distribuidor (Fórum) há menos de 60 (sessenta) dias da data designada no preâmbulo do Edital para o recebimento da documentação e das propostas.

7.4. A falsidade da declaração solicitada no item **7.1.1.9**, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, caracterizará infração administrativa, sem afastar as demais infrações penais cabíveis.

7.5. *As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar TODA a documentação acima exigida para efeito de comprovação de habilitação, mesmo que apresente alguma restrição QUANTO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, sob pena de inabilitação.*

7.6. Os documentos exigidos neste instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada legível, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº 8.666/93, com exceção dos extraídos via internet.

7.7. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados para autenticação até o horário previsto para a sessão, ou durante a sessão, de abertura dos envelopes “Documentação”.

7.8. Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fax, mesmo se autenticado.

7.9. Os documentos retirados pela internet terão sua autenticidade certificada pela Comissão Permanente de Licitação junto aos sites correspondentes.

7.10. As certidões que não apresentarem prazo de vigência expresso deverão, obrigatoriamente, terem sido emitidas no prazo não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura do certame, sob pena de inabilitação.

7.11. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica.

7.12. Todos os documentos contidos nos envelopes, que não forem certidões ou cópias de atos, deverão ser datilografados ou digitados com clareza, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, preferencialmente, em papel timbrado ou com carimbo padronizado.

7.13. Sob pena de inabilitação, as documentações contidas nos respectivos envelopes somente serão aceitas em língua portuguesa, ressalvadas as expressões técnicas de uso corrente.

VIII – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS ENVELOPE Nº 02

ATENÇÃO: PREFERENCIALMENTE UTILIZAR O MODELO DE PLANILHA CONSTANTE NO ANEXO DA PROPOSTA COMERCIAL.

8.1. No Envelope: “**Proposta de Preços**” deverá constar apenas uma proposta comercial, devidamente preenchida, em língua portuguesa, datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo as especificações conforme o **anexo X** deste edital, em que conste:

8.1.1. A razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, dados bancários e assinatura ao final pelo proponente ou mandatário devidamente constituído;

8.1.2. Indicação do prazo de validade da proposta, **não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes.

8.1.2.1. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como **válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos**, a contar do dia da sessão de recebimento dos envelopes.

8.1.3. Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo, utilizando **duas casas decimais após a vírgula**, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

8.1.3.1. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, os custos com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, todas as despesas e custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes e seguros incidentes ou quaisquer outros ônus que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

8.2. Informamos que a **Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.**

8.2.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

8.2.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

8.2.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.2.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

8.3. A Planilha de preços deverá contemplar todas as prestações de serviços que compõem o objeto deste processo, observando todas as descrições, características técnicas, valor global, incluindo BDI.

8.3.1. Deverá conter no envelope de proposta:

- a) Planilha de preços;
- b) Cronograma físico-financeiro;
- c) Composição do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas;

8.4. A proposta deverá ser redigida de forma clara e precisa e impressa em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas.

8.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

8.6. Após abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

8.7. Não serão aceitas propostas enviadas via fax, e-mail ou em envelopes abertos/grampeados.

8.8. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8.9. A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

IX – DO JULGAMNTO DA HABILITAÇÃO

9.1. A Comissão Permanente de Licitação, nesta fase, procederá à abertura dos envelopes de Habilitação para conferência da documentação, a qual será disponibilizada aos licitantes presentes para seu exame e rubrica.

9.1.1. Havendo dúvidas ou necessidade de esclarecimentos que não possam ser dirimidos de imediato, demandando análises complementares ou diligências, as mesmas serão consignadas em ata, podendo a sessão ser suspensa.

9.1.2. É permitido à CPL, após a abertura dos envelopes contendo a documentação, suspender os trabalhos para fins de análise.

9.1.2.1. A CPL poderá convocar técnicos, servidores ou não, para auxiliar na análise da documentação referente à documentação que exija conhecimentos técnicos ou científicos, específicos ou especializados.

9.1.3. Suspensa a sessão, a decisão quanto à habilitação será divulgada, ficando os envelopes de Proposta de preços, sob a guarda da Comissão, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das licitantes presentes.

9.2. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste edital inabilitará a proponente, impossibilitando a abertura do envelope “Proposta de Preços” respectivo, salvo disposição contrária de lei.

9.3. Para as micro empresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no **item 9.3**, implicará na inabilitação da ME ou EPP.

9.3.2. Ocorrendo a hipótese contida no item 9.3, o juízo de habilitação referente às microempresas ou empresas de pequeno porte será suspenso até a apresentação da documentação necessária.

9.4. Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso na forma definida no presente edital, na forma prevista do art. 109, I, “a”, §1º da Lei Geral de Licitações.

9.5. Considerar-se-á vencida a fase de habilitação quando todos os interessados desistirem da faculdade de recorrer, ou quando decorrer o prazo para recurso sem que seja interposto, ou, ainda, quando os recursos interpostos forem decididos.

9.6. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1. Para o julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta, como fator determinante o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observando-se as especificações e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório e legislação pertinente.

10.2. *Será desclassificada a proposta que:*

10.2.1. Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório e seus anexos;

10.2.2. Apresente preço unitário ou global simbólico, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexequível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e nos incisos I e II do art. 48, da Lei nº 8.666/93;

10.2.3. Apresente valor do item, lote ou total superior ao previsto na planilha orçamentária, estimada pelo SAAE de Itabirito;

10.2.4. Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeitos de linguagem ou outras irregularidades que impossibilitem o julgamento;

10.2.5. Não se referir à integralidade do objeto.

10.3. Em caso de divergência entre o preço global expresso por extenso e por numeral, prevalecerá o primeiro.

10.4. Em caso de divergência entre o somatório dos preços unitários e o preço global da proposta, prevalecerá o primeiro.

10.5. O valor total da proposta será ajustado pela Comissão de Licitação em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros e consignados em ata. Caso a licitante não aceite as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

10.6. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas, vantagens e/ou outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

10.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, por sorteio, promovido pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do § 2º, do art. 45, da Lei nº 8.666/93.

10.8. Para verificação e julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

10.9. A Comissão Permanente de Licitação poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

10.10. No caso de todas as propostas serem desclassificadas, a Comissão poderá conceder o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova proposta, escoimada das causas que levaram a desclassificação.

10.11. *Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.*

10.11.1. *Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.*

10.11.2. *Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*

10.11.2.1. *A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;*

10.11.3. *Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma acima descrita, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos § 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.*

10.11.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “10.11.1”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

10.11.5. *Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.*

10.11.6. *O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.*

10.11.7. *A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 1(um) dia útil após o encerramento da sessão ou do envio da ata, sob pena de preclusão.*

XI – DOS RECURSOS

11.1. Observado o disposto no artigo 109 da Lei 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso a Presidente da CPL, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inhabilitação do licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Tomada de Preços.

11.2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo legal, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@saaeita.mg.gov.br ou protocolizada no Setor de Compras/Licitação, na sala de reuniões (2º andar) na sede do Serviço Autônomo Saneamento Básico – SAAE, com endereço na Rua Rio Branco, nº. 99, Centro, Itabirito/MG.

11.2.1. O Serviço Autônomo Saneamento Básico – SAAE, bem como a CPL, não se responsabilizarão por recursos endereçados via postal, ou para outros endereços eletrônicos, ou ainda, entregues em locais diversos do Setor de Compras/Licitações do SAAE, e que, por isso, não sejam entregues no prazo legal.

11.2.2. A petição deverá ser assinada pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

11.3. Interposto recurso, dele será dada ciência às licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

11.6. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", do art. 109 da lei 8.666/93, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.7. O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

XII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Inexistindo manifestação recursal, ou decididos os recursos porventura interpostos e constatados o atendimento pleno às exigências editalícias e a regularidade dos atos procedimentais a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo para a autoridade competente adjudicar o objeto à entidade licitante vencedora e homologar o procedimento licitatório conforme disposto no art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 1993.

XIII – DA CONTRATAÇÃO

13.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, conforme minuta do Anexo XIII, de acordo com o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

XIV – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A Contratada não poderá ceder ou subcontratar as obras objeto desta contratação, sem prévia autorização do SAAE, por escrito, sendo vedada a efetivação com empresa que tenha participado de qualquer etapa da licitação;

14.1.1. Desde que devidamente autorizado pelo SAAE, a Contratada poderá subcontratar 30% (trinta por cento) do contrato, excluídas as parcelas de maior relevância do objeto, inclusive as que foram utilizadas como parâmetro para a análise da qualificação técnica;

14.2. A autorização de subcontratação concedida pelo SAAE não eximirá a Contratada da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições do contrato;

14.3. A subcontratação, se autorizada pelo SAAE, poderá ser com pessoas jurídicas, desde que regularmente constituídas e devidamente inscritas nos órgãos competentes;

14.4. No caso da subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas da obra, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal da obra de que trata este Projeto Básico e seus anexos, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade e cumprimento do cronograma da obra;

14.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.6. É vedada a subcontratação total dos serviços desta licitação.

XV – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

15.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.8. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, das quais resulte desequilíbrio financeiro permanente, a CONTRATADA e a CONTRATANTE poderão pleitear revisão de preços, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações.

15.9. A Contratada, quando for o caso, deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado no protocolo geral do SAAE, dirigido ao gestor do contrato, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, com os seguintes dados:

- I. Identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório/processo de dispensa ou inexigibilidade, número da modalidade licitatória e número do contrato;
- II. Breve justificativa do pedido de restabelecimento de preço;
- III. Documentação comprobatória do alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.9.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, de produtos, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, bem como Reportagens que podem ser extraídas de páginas eletrônicas da Internet confiáveis que corroboram com a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito.

15.9.2. A nota fiscal indicada no parágrafo anterior deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.

15.9.3. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos, comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

15.10. A cada pedido de revisão dos preços deverão comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

15.11. É VEDADO À CONTRATADA INTERROMPER A EXECUÇÃO DA OBRA, ENQUANTO AGUARDA O TRÂMITE DO PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA CLAÚSULA.

15.12. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

1. A advertência, realizada por escrito, pelo fiscal ou gestor do contrato, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:

- I** - Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;
- II** - Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- III** - Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- IV** - Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

1.1. A advertência será expedida, também, pelo ordenador de despesas competente, orientado pelo fiscal ou gestor do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

- I** - Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- II** - Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.
- III** - Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

2. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato/ata não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

- I** - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;
- II** - 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;

III - 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

2.1. A multa será formalizada por apostilamento, conforme dispõe o parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº: 8.666/93, e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do art. 86, da Lei nº: 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;

II - Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

III - Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

2.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

2.3. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

I - O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;

II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

2.4. poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2.5. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.

3. A Suspensão impedirá, temporariamente, o fornecedor de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:

I - Por até 90 (noventa) dias, quando o licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuírem ocorrência anterior registrada em documento oficial;

II - Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;

III - Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b. Praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;

c. Receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;

d. Manter comportamento inidôneo.

3.1. O prazo acima mencionado, quando se tratar da modalidade de licitação denominada pregão, será limitado a 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº: 10.520/2002.

3.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; o Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.

3.3. A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede do SAAE.

4. A declaração de inidoneidade, de competência do Presidente do SAAE, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração.

4.1. Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 337 “F” a 337 “P” do Código de Processo Penal Brasileiro.

4.2. A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

XVII – DA RESCISÃO

17.1. Constituem motivos para rescisão do contrato os casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei nº: 8.666/93.

17.2. O contrato poderá ser rescindido na forma do art. 79 da Lei nº: 8.666/93.

17.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº: 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito à devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

17.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei nº: 8.666/93.

17.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, conforme disposto no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/93.

18.2.1. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

18.2.2. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

18.3. De todas as reuniões da Comissão de Licitação serão lavradas atas circunstanciadas.

18.4. A abertura das Propostas de Preços das empresas habilitadas se fará, com ou sem a presença dos interessados, depois de transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou após o julgamento dos recursos interpostos, em reunião previamente agendada e comunicada aos proponentes, ou ainda, após a análise da documentação de habilitação, caso tenha havido desistência expressa à faculdade recursal de todos os interessados.

18.5. Os envelopes não abertos contendo os documentos de habilitação dos licitantes ficarão sob a guarda da CPL, e deverão ser retirados pelos respectivos licitantes pelo prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a conclusão do certame. Ao término deste prazo os envelopes serão destruídos, sem que caibam quaisquer reclamações.

18.6. As licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases do processo licitatório.

18.7. Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

18.8. A licitação não implica proposta de contrato por parte do SAAE. Até a assinatura do Contrato poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Administração tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

18.9. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar total ou parcialmente esta licitação, por motivo de interesse público, bem como anulá-la, por invalidade, dando ciência de sua decisão aos participantes, sem que a estes caibam qualquer direito de reclamação ou indenização.

18.10. Para atender a seus interesses, o SAAE reserva-se no direito de alterar quantitativo, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos no art. 65, da Lei no 8.666/93.

18.11. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta de preços, desde que não contrariem a legislação vigente.

18.12. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.13. Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o SAAE de Itabirito comunicará os fatos verificados ao Ministério Público, para as providências devidas.

18.14. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da autoridade competente superior do Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito/MG.

XIX – ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL

19.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Projeto Básico;

ANEXO II – Planilha de Obra Orçamentária; Planilha resumo e Cronograma Físico-financeiro.

ANEXO III – Projetos Orientativos

ANEXO IV – Endereço Eletrônico das Referências de Preços

ANEXO V – Relatório Fotográfico

ANEXO VI – Modelo de Carta de Credenciamento

ANEXO VII – Modelo de Declaração de Idoneidade;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração do Empregador;

ANEXO IX – Modelo de Declaração somente para as ME e EPP;

ANEXO X – Modelo de Proposta de preços

ANEXO XI – Minuta de Contrato

Itabirito – MG, 19 de setembro de 2023

ROGÉRIO EDUARDO DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE DO SAAE

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio, para atender demandas do Serviço Autônomo de Saneamento Básico – SAAE, do município de Itabirito-MG.

1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

1.1.1. As especificações da obra a ser executada, constam dos ANEXOS II, III, IV e V partes integrantes do edital:

Anexo II – Bairro Meu Sítio - Planilha Resumo, Planilha de Obra e Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo III – Bairro Meu Sítio - Projetos Orientativos.

Anexo IV – Endereços Eletrônicos das Referências de Preço.

Anexo V – Relatório Fotográfico Bairro Meu Sítio

1.1.2. Sistema de Esgotamento Sanitário – SES Bairro Meu Sítio

O objeto compreende obra de implantação de redes coletoras de esgoto do Bairro Meu Sítio.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Sistema de Esgotamento Sanitário – SES Bairro Meu Sítio

O Bairro Meu Sítio não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto. Os esgotos são lançados em fossas sépticas e fossas negras. O sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio é necessário para coletar o esgoto sanitário que será lançado no interceptor existente nas margens do Córrego Cardoso, onde será lançado na elevatória do Bairro Cardoso, para tratamento na ETE do Marzagão.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação objeto deste Projeto Básico tem amparo legal, integralmente, na Lei Federal nº 8.666/93, suas posteriores alterações e demais legislações pertinentes à contratação com órgãos públicos e a Lei nº 2999, de 23 de abril de 2014, que reestrutura o Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito/MG, modificando a sua denominação e atribuições as competências relativas aos serviços de Saneamento Básico e das outras providências.

4. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

Trata-se de procedimento deflagrado pelo SAAE de Itabirito, sob roupagem de **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **menor preço global**, sob a **forma de execução indireta em regime de empreitada por preço unitário**.

- a) A proposta não poderá apresentar preços unitários superiores aos valores estimados na planilha de obra, ANEXO II;
- b) Na proposta deverão ser informados os percentuais referentes aos materiais e a mão de obra em relação ao valor total da prestação de serviços de engenharia;
- c) A Comissão de Licitação analisará o preço global e unitário da planilha da proposta comercial, tendo em vista o princípio da economicidade. Não serão aceitos valores unitários considerados excessivos ou inexequíveis e fora do preço de mercado;

- d) Sugere-se o uso de arredondamento na formação dos preços unitários e totais (duas casas decimais) para se evitar distorções nos valores e transtornos na conferência das propostas comerciais.

4.1. Justificativa da escolha do critério de julgamento menor preço global

A presente contratação terá como critério de julgamento o menor preço global, tendo em vista que os itens possuem similaridade, guardam relação entre si, com características de mesma natureza.

No caso de contratação de forma individual, causaria vários transtornos à administração. Estes transtornos são de ordem técnica e financeira. Quanto a parte técnica, a execução individual nos causaria dificuldade ou impossibilidade de definir responsabilidade em casos de vícios ou irregularidades da obra. Quanto a análise financeira, não se justifica a contratação de várias empresas de engenharia, uma vez que para cada contratada seria necessário o custeamento de mobilização e desmobilização de forma individual.

Sendo assim, solicitamos a contratação global para o objeto do presente projeto.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de **execução da obra do SES do Bairro Meu Sítio** será de **70 (Setenta) dias**, contados no dia subsequente à data de emissão da Carta de início de obra;

5.2. O prazo de **vigência do contrato** será de **90 (Noventa) dias** contados da data de assinatura, devendo ser publicado o extrato do contrato na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93;

5.3. Ambos os prazos poderão ser prorrogados, caso necessário, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8666/93, mediante termo aditivo.

6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1. A Contratada não poderá ceder ou subcontratar a obra objeto desta contratação, sem prévia autorização do SAAE, por escrito, sendo vedada a efetivação com empresa que tenha participado de qualquer etapa da licitação;

6.1.1. Desde que devidamente autorizado pelo SAAE, a Contratada poderá subcontratar 30% (trinta por cento) do contrato, excluídas as parcelas de maior relevância do objeto, inclusive as que foram utilizadas como parâmetro para a análise da qualificação técnica;

6.2. A autorização de subcontratação concedida pelo SAAE não eximirá a Contratada da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições do contrato;

6.3. A subcontratação, se autorizada pelo SAAE, poderá ser com pessoas jurídicas, desde que regularmente constituídas e devidamente inscritas nos órgãos competentes;

6.4. No caso da subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas da obra, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal da obra de que trata este Projeto Básico e seus anexos, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade e cumprimento do cronograma da obra;

6.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante ao SAAE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

6.6. É vedada a subcontratação total dos serviços desta licitação.

7. LOCAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA

7.1. Obra SES Bairro Meu Sítio

As obras do sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio serão realizadas nas localidades abaixo georreferenciadas:

Início:

- Rua Estrada da Caixa d'água – Bairro Meu Sítio.

Coordenadas: 20°15'59.04"S, 43°48'6.75"O
-20.266400°, -43.801875°

Trecho Intermediário:

- Rua Principal, Bairro Meu Sítio

Coordenadas: 20°16'18.08"S, 43°47'53.84"O
-20.271689°, -43.798289°

Trecho Final:

- Interceptor de Esgoto existente na Rua Ana Maria Teixeira, Bairro Cardoso

Coordenadas: 20°16'13.93"S, 43°47'24.14"O
-20.270537°, -43.790038°

8. EXIGÊNCIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. As obras serão executadas com fornecimento de máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessários à execução, às expensas da Contratada e em conformidade com o respectivo Projeto Básico e seus anexos;

8.1.1. A Contratada deverá obrigatoriamente manter nas obras encarregado responsável técnico para acompanhar as fiscalizações do SAAE;

8.2. Caso haja necessidade de alterações na planilha de obras e projetos, devido às condições exigidas na execução das obras, estas deverão ser devidamente autorizadas, por escrito pelo Fiscal do contrato e as modificações deverão ser indicadas em cópia de projeto pela Contratada e encaminhadas para o Fiscal e/ou Gestor do contrato;

8.3. As alterações de projetos, detalhes e especificações executadas sem a anuência do SAAE, serão recusadas de forma que a obra obedeça rigorosamente ao projeto aprovado e especificações gerais;

8.4. Caso a Contratada entenda necessário adequar o cronograma de obra, deverá elaborar e submeter a fiscalização do contrato, para **aprovação até 10 (dez) dias corridos após a emissão da carta de início das obras, o seu cronograma físico-financeiro**, visando com isto, garantir que a obra não sofra atrasos devidos a estes fatores;

8.5. Todo e qualquer material empregado na obra será obrigatoriamente de 1ª. qualidade, segundo a norma técnica e deverá satisfazer as especificações do SAAE;

8.6. Para a execução destas atividades, será obrigatório o emprego de mão de obra qualificada;

8.7. A Contratada deverá fornecer e se responsabilizar por quaisquer despesas com equipamentos de segurança para os funcionários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT, transporte, impostos, alimentação de pessoal, obrigações sociais trabalhistas e quaisquer demais despesas decorrentes da execução do objeto;

8.8. A Contratada deve se responsabilizar pela manutenção e pelo uso de equipamentos de prevenção de acidentes dos funcionários, e de seus prestadores de serviço no local da obra, de acordo com as Normas de Segurança do Ministério do Trabalho e Equipamentos, além da segurança de máquinas, equipamentos e materiais de prevenção;

8.9. A Contratada deverá manter os locais das intervenções da obra devidamente sinalizado com placas, cones e cavaletes e manter o local da obra limpo e desembaraçado, durante todo o decorrer da execução e para tal, providenciará constantemente a remoção de todo o entulho e o material excedente, que deverão ser armazenados, transportados e destinados de forma a atender ao programa de gerenciamento de resíduos da construção civil do município (Leis Municipais);

8.9.1. Na hipótese de ter a Contratada interesse em descartar a produção coletada, o fato deverá ser comunicado de forma expressa e formal ao departamento técnico de fiscalização do SAAE, para fins de avaliação, e só se efetivará após a autorização dos órgãos, inclusive ambiental, contendo quantidades, períodos de utilização da área e tipo de resíduo a ser depositado;

8.9.2. Em hipótese alguma será permitido a Contratada armazenar e descartar materiais retirados em lotes e/ou áreas de terceiros, institucionais, áreas verde/preservação permanentes;

8.10. Todos os procedimentos deverão cumprir o que estabelece a NR-18, referente as Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, sendo necessário manter no canteiro de serviços medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução da obra;

8.11. Caso o serviço apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, o Fiscal do contrato solicitará a regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento na comunicação. O atraso na correção dos mesmos acarretará a aplicação das penalidades cabíveis;

8.12. Todos os aspectos ambientais deverão ser geridos a fim de mitigar os impactos ambientais da obra. Salientando que todos entulhos, bota-fora e quaisquer resíduos serão descartados por meio de caçambas assegurando os fornecedores terceirizados pela empresa contratada a segregação e destinação de forma a atender a legislação vigente.

9. DIÁRIOS DE OBRA

9.1. A Contratada deverá preencher DIARIAMENTE e apresentar à fiscalização do SAAE, até o primeiro dia útil seguinte, o Diário de Obra;

9.2. O Diário de Obra será o documento para comunicação de fatos, ocorrência, solicitações, análise e avaliações referentes à execução e bom andamento das obras;

9.3. Qualquer pleito ou reivindicação, proposição ou mesmo reclamação, não serão analisados sem o histórico do caso concreto, devidamente registrado;

9.4. O Diário de Obra deverá ser de fácil acesso a fiscalização. A não apresentação do Diário de Obras impedirá a tramitação das medições.

9.5. O DIÁRIO DE OBRA DEVERÁ CONTER:

- ✓ O efetivo da obra;
- ✓ Os equipamentos utilizados;
- ✓ A descrição dos serviços executados;
- ✓ A produção do dia;
- ✓ Atas de reuniões;
- ✓ Solicitações de serviços, documentos e de providencias;
- ✓ Advertências;
- ✓ Nomes de visitantes a obra;
- ✓ Observações de qualquer natureza.

10 – DA MEDIÇÃO

10.1. As medições e aferições serão realizadas conforme cronograma físico-financeiro aprovado e/ou de acordo com o “Relatório de Serviços Executados” apresentado pela Contratada, devendo a equipe de fiscalização do SAAE decidir sobre sua aprovação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após sua apresentação. As medições e aferições serão realizadas através de levantamento no campo dos serviços efetivamente executados, **no intervalo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da ordem de serviço;

10.2. Os boletins de medições dos serviços serão emitidos em três vias, devendo ser aprovados e assinados pelo responsável técnico da Contratada e pela equipe de fiscalização do SAAE.

10.3. A medição deverá conter:

- ✓ Número de medição;
- ✓ Valor da medição
- ✓ Período da medição;
- ✓ Assinatura do técnico ou preposto responsável (deve ser entregue antes do início da obra ou serviço, documentos da Empresa outorgando a responsabilidade técnica ao preposto ou técnico responsável);

Nota: O Responsável Técnico deverá ser obrigatoriamente o mesmo profissional detentor do atestado técnico apresentado no ato da licitação;

- ✓ Planilha de medição;
- ✓ Cronograma Físico-financeiro (previsto x realizado);
- ✓ Memória de cálculo;
- ✓ Diário de Obra;
- ✓ Certidão de regularidade Municipal, Estadual e Federal/INSS unificada; I- Certidão de regularidade do FGTS;
- ✓ Comprovante de pagamento de INSS em relação aos funcionários da contratada;
- ✓ Memorial fotográfico, assinado pelo Técnico responsável da Contratada e Fiscal do SAAE (as fotos deverão estar coloridas, datadas e mostrando os serviços executados);

11. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. Após a comunicação da conclusão da obra pela Contratada, a equipe de fiscalização do SAAE que acompanhado de um representante da respectiva Contratada, farão uma vistoria em todos os serviços executados;

11.2. Após a vistoria, se não houver vício algum, o Fiscal da obra emitirá Termo de Recebimento Provisório (TRP);

11.3. Caso haja alguma correção necessária, será emitido um Relatório de Vistoria, pelo Fiscal da obra, informando quais os serviços deverão ser aceitos e quais os serviços deverão ser corrigidos, substituídos ou reparados;

11.4. Os serviços não aprovados deverão ser refeitos nos prazos estabelecidos, sem quaisquer ônus para o SAAE, mantendo-se inalterados as demais obrigações do cronograma físico-financeiro;

11.5. O atraso na correção das irregularidades pela Contratada acarretará na aplicação de penalidades;

11.6. Concluídas as correções, a fiscalização verificará se os serviços serão aceitos ou não, tomando por base as especificações técnicas e planilhas de custos;

11.7. Quando todos os reparos forem executados e aceitos pela fiscalização e setor de Engenharia do SAAE, esta concluirá o relatório de vistoria e, tendo à Contratada cumprida todas as obrigações pertinentes ao contrato, a equipe de fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (TRD);

11.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O SAAE de Itabirito, através da equipe de fiscalização do contrato, reserva-se no direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto no Projeto Básico, nas Especificações Técnicas constantes em seus anexos, parte integrante;

12.2. A equipe de fiscalização terá poderes para analisar e decidir sobre proposições da Contratada que visem melhorar a execução da obra, propor aplicações de advertência a Contratada quanto ao prazo de entrega da obra e as falhas da Contratada, solicitar o reparo dos serviços inadequadamente executados e propor aplicação de penalidades.

12.3. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta contratação os gestores e fiscais designados abaixo, observados os art. 67 a 70 e 73 a 76, da Lei Nacional nº 8.666, de 1993 e o Decreto Municipal 14.201/2022.

Gestor do Contrato

Nome: Ivaci da Silva

E-mail: ivaci.silva@saaeita.mg.gov.br

Contato: (31) 3562-4132

Gestor suplente do Contrato

Nome: Raphael Silva

E-mail: rapahel.silva@saaeita.mg.gov.br

Contato: (31) 3562-4116

Fiscal Técnico

Nome: Fabrício Marcelino Cruz e Silva

E-mail: fabricao.silva@saaeita.mg.gov.br

Contato: (31) 3562-4132

Fiscal Suplente

Nome: Alexandre Gonzaga

E-mail: alexandre.gonzaga@saaeita.mg.gov.br

Contato: (31) 3562-4132

12.4. A existência da fiscalização, não exime, em nenhuma hipótese, a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil, bem como dos danos materiais, morais e pessoais que forem causados a terceiros, sejam por atos e omissões próprios, ou de seus prepostos na execução do contrato. De igual maneira, a contratada responde integralmente pela segurança do pessoal na execução dos serviços;

12.5. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, à qualidade da obra executada, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

12.6. A contratada se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização, livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas a máquinas, equipamentos, pessoal e materiais, fornecendo, quando for solicitado, todos os dados e elementos referentes à execução da obra;

12.7. Competirá ao responsável pela fiscalização do contrato velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto nas Especificações Técnicas, na proposta comercial apresentada pela contratada e neste instrumento;

12.8. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

12.9. O SAAE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Projeto Básico, Especificações Técnicas e seus anexos e da proposta comercial apresentada pela Contratada.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. A CONTRATADA, no cumprimento deste contrato, obriga-se a:

- a) Prestar os serviços contratados com zelo, eficácia, eficiência e efetividade, dentro dos prazos estabelecidos.
- b) Cumprir todas as determinações, as ordens verbais ou escritas dos responsáveis pela CONTRATANTE, quando o serviço e/ou materiais não atenderem às normas técnicas e legais estabelecidas.
- c) Manter atualizados todos os documentos exigidos na fase da contratação.
- d) Credenciar prepostos para representá-la permanentemente junto a CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato.
- e) Executar a obra conforme projetos, bem como obedecer às Normas Técnicas e procedimentos específicos para serviços de construção civil.
- f) Acompanhar as medições dos serviços juntamente com a fiscalização do Saae.
- g) Emitir Diário de medição do andamento dos serviços executados.
- h) Emitir e quitar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da Execução da Obra.
- i) Tomar todas as medidas necessárias em casos de embargo, interdição ou paralisação dos serviços, no sentido de manter o local da ação devidamente protegido e resguardado, de maneira a não oferecer riscos a terceiros e ao meio ambiente.
- j) Estocar os materiais de modo a não prejudicar suas características, visando atender às prescrições para o seu adequado emprego. A limpeza das áreas deverá ser mantida de tal forma a não comprometer o ambiente, no aspecto higiênico e de segurança. Exceto para aqueles materiais ou estruturas a serem removidas temporariamente e depois restituídas a seu estado original, todos os escombros, refugos, vegetação e materiais de demolição deverão ser imediatamente removidos do local, pela CONTRATADA, de maneira satisfatória. O material e as estruturas temporariamente removidos, para posterior reinstalação, deverão ser adequadamente armazenados e protegidos.
- k) Fornecer todas as ferramentas, equipamentos e mão de obra, e também toda a infraestrutura logística de apoio e demais dispositivos de sinalização e segurança, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos pessoais e/ou materiais provenientes da inobservância dessas obrigações.
- l) Realizar a verificação da compatibilidade dos materiais e equipamentos com o local de sua instalação, obrigando-se a informar ao Saae qualquer discrepância porventura encontrada, a fim de permitir em tempo hábil eventuais ações corretivas, evitando atrasos ou quebra no ritmo dos serviços.
- m) Promover o transporte dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, bem como do pessoal até o local dos trabalhos.
- n) Fornecer equipamentos de segurança para seus funcionários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT e Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978 - NR 06 (Norma regulamentadora - Equipamentos de Proteção Individual). Os EPIs devem estar com os respectivos CAs - Certificados de Aprovação, emitidos pelo órgão competente, do Ministério do Trabalho, no prazo de validade e atender às especificações da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual.

- o) A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de segurança para os operários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT, devendo estar em perfeitas condições de uso e em número suficiente para os serviços contratados.
- p) Caso o serviço apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, a fiscalização da obra do SAAE solicitará a regularização no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**. O atraso na correção dos mesmos acarretará a aplicação das penalidades cabíveis.
- q) A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a fiscalização e supervisão do SAAE à inspeção dos serviços em qualquer dia e horário, prestando todas as informações necessárias.
- r) A CONTRATADA deverá apresentar ao SAAE, sempre que solicitado, ficha ou registro de empregados, comprovantes de cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança em geral.
- s) Ser a única responsável pela garantia dos serviços de manutenção prestados e caso ocorra qualquer erro na execução dos serviços a CONTRATADA deverá corrigi-lo sem ônus de qualquer espécie para a CONTRATANTE.

13.2. DA CONTRATANTE

13.2.1. A CONTRATANTE, no cumprimento deste contrato, obriga-se a:

- a) Prestar todas as informações e dados relacionados ao objeto ora contratado sempre que se fizer necessário ao cumprimento deste Contrato.
- b) Colocar à disposição servidor(es) especializado(s) para orientações e fiscalização do Contrato.
- c) Efetuar o pagamento devido, no prazo determinado.
- d) Agendar reuniões e visitas técnicas, se necessário;
- e) Supervisionar e fiscalizar a execução do objeto Contratado.
- f) Efetuar o pagamento devido, no prazo determinado.
- g) Paralisar os serviços quando constatado risco grave e iminente aos empregados do Saae, da CONTRATADA e de terceiros, em conformidade aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.
- h) Realizar outras exigências à CONTRATADA, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, das suas propriedades e do meio ambiente.
- i) Aplicar penalidade administrativa (NR 06), quando o responsável pela Segurança do Saae observar reincidência quanto a não utilização correta dos EPI's e EPC's.

14. DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. O SAAE reserva-se no direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, podendo rescindir o contrato nos termos do art. 78, inciso I e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, ambos da Lei 8.666/93;

14.2. A Contratada é obrigada a comunicar ao SAAE a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução da obra;

14.3. A justificativa de quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos previstos no cronograma da obra somente será considerada se apresentada por escrito, e após aprovação do Gestor e/ou do Fiscal do contrato, designados pelo SAAE;

14.4. A tolerância do SAAE com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da Contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo;

14.5. A Contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

14.6. A Contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, inclusive sociais e salariais dos empregados, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para execução do contrato;

14.7. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros;

14.8. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra;

14.9. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

14.10. Não é vinculado à Administração o dever de contratar com a adjudicatária, ou seja, a o SAAE poderá revogar a licitação, em razões de interesse público, relativas a fato superveniente, devidamente comprovado, não cabendo, à licitante adjudicatária, qualquer tipo de indenização.

14.11. O SAAE de Itabirito convocará a licitante para assinar o contrato, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da notificação, sob pena de não o fazendo, ficar caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, com aplicação das sanções cabíveis.

14.12. É facultado ao SAAE, quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços, ou revogar a licitação.

15. DAS SANÇÕES

Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: **advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, em conformidade com as Sanções previstas no Edital.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária necessária à realização das despesas decorrentes do objeto desta licitação consta do Orçamento da Autarquia, a saber:

03 Serviço Autônomo de Saneamento Básico
03.001 Serviço Autônomo de Saneamento Básico
03.001.001 Serviço Autônomo de Saneamento Básico
03.001.001.17 Saneamento
03.001.001.17.512 Saneamento Básico Urbano
03.001.001.17.512.1712 Sistemas de Saneamento Básico Urbano
03.001.001.17.512.1712.3006 Despesas de Capital dos Sistemas de Saneamento Básico Urbano - Esgoto
03.001.001.17.512.1712.3006.44.90.51. Obras e Instalações
03.001.001.17.512.1712.3006.44.90.51.03 Obras e Instalações de Natureza Industrial
Fonte de Recurso:
02 Recursos de Exercícios Anteriores
02.0501 Outros Recursos não Vinculados
02.0501.0000 Sem

Ficha: 1156

Centro de Custo: 69

17. VALOR ESTIMADO

17.1. Para execução das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio, o valor global estimado é de **R\$1.842.158,60** (Um Milhão Oitocentos e Quarenta e Dois Mil Cento e Cinquenta e Oito Reais e Sessenta Centavos).

17.2. Para a obtenção do preço final foi elaborado um orçamento de acordo com os critérios e preços definidos pela tabela de preços de consultoria da **COPASA**, referência agosto/2023 e **SINAPI**, referência junho/2023.

17.3. Anexo a este termo, planilha de obra com preços unitários com acréscimo de 26,44% de BDI para serviços e 16,80% de BDI para fornecimento de materiais, formulado de acordo com orientação do TC 036.076/2011-2 ACÓRDÃO Nº 2622/2013 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU – PLENÁRIO. Foi utilizado o percentual de 6,23% para Administração Direta, sugerido no terceiro quartil - Tipo de obra: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.

17.4. Os preços são, em regra, fixos e irremovíveis

17.5. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.6. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos serão realizados conforme Cronograma Físico-financeiro (**ANEXO II**) parte integrante deste Projeto Básico e de acordo com as medições da obra concluídas e entregues ao fiscal do SAAE;

18.2. O pagamento será realizado mensalmente, em **até 30 (trinta) dias corridos** após a emissão e aceite da(s) Nota(s) fiscal(is), através de **boleto bancário** ou **depósito bancário** em conta corrente, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer o nº da agência e nº da conta bancária, de sua titularidade, para a efetuação do depósito;

18.3. O pagamento será realizado pela Contabilidade do Saae de Itabirito-MG.

18.4. Em caso de eventual atraso no pagamento por parte do Saae, serão observadas as normas constantes da Lei Geral de Licitações.

18.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, posteriormente a emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

18.6. A(s) Nota(s) fiscal(is) deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, devendo ser emitidas dentro dos parâmetros legais, acompanhadas de cópia da **CND** (Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e do **CRF** (Certificado de Regularidade do FGTS) da **CONTRATADA** e todas as incidências fiscais que sobre elas possam recair, condições estas indispensáveis para a efetuação do pagamento, não sendo permitido, por lei, antecipar o pagamento.

18.6.1. A Contratada deverá demonstrar nas Notas Fiscais as deduções, a saber: ISS e INSS.

18.7. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

18.7.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

18.7.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

18.7.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

18.7.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

18.8. Para qualquer alteração nos dados da empresa, a CONTRATADA deverá comunicar ao Saae por escrito, acompanhada dos documentos alterados, antes da emissão da Nota Fiscal.

18.9. Em caso de irregularidade da emissão das notas fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

19. HABILITAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

19.1. Qualificação Técnico-profissional

19.1.1. Para atendimento à qualificação técnico-profissional, será exigida a comprovação de o licitante possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional (is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor (res) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhando(s)

da(s) respectiva(s) certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:

Comprovação da parcela de maior relevância técnica sobre no mínimo:

✓ Construção de rede PVC OCRE JEI com 3.000 metros de extensão

19.1.2. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou do contrato de trabalho devidamente registrado no CREA da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

19.1.3. Para fins de contratação, devem o(s) profissional(ais) e empresa(s) com registro em outro Estado também possuir(rem) o visto de atuação profissional emitido pelo CREA/MG, que deverá ser apresentado no momento da assinatura do Contrato;

19.1.4. O atestado técnico emitido em nome do profissional somente poderá ser utilizado por uma única empresa licitante. Sendo que, caso o mesmo atestado seja apresentado por mais de uma licitante, o mesmo será desconsiderado como documento comprovador da qualificação técnica requerida;

19.1.5. Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA, do responsável técnico que acompanhará a execução da obra de que trata o objeto. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica da licitante.

19.2. Justificativa das exigências de Qualificação Técnica

Quanto às exigências de qualificação técnica fixadas no Projeto Básico, a Autarquia buscou estabelecê-las de maneiras compatíveis com a dimensão e característica do objeto, conforme admitidas na Lei 8666/1993, nos ditames do art. 30, inciso II e seus parágrafos, além do atual entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema, em especial no tocante às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

Dessarte, como se nota, e conforme pontualmente motivado adiante, as especificações e exigências relativas às capacidades técnico-profissional são pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto da licitação, tendo o SAAE de Itabirito o poder-dever de fazer tais exigências de cunho técnico, na extensão definida no Projeto Básico e seus anexos, na medida em que tais exigências visam garantir o efetivo e adequado cumprimento do contrato.

Com vistas a dar cumprimento à norma contida no art. 37, XXI da Constituição Federal, pode e deve a Administração Pública, no procedimento para escolha da melhor proposta, estabelecer certas exigências destinadas a obter excelente garantia de que o Contratado se encontra apto consoante afirma, tanto técnica quanto economicamente, a cumprir o pactuado. Outrossim, pode estipular, na aferição da capacidade técnico-operacional dos licitantes, que estes comprovem não apenas a sua experiência em realizar certos serviços, mas também em realizá-los em determinados quantitativos.

Neste sentido, a Administração Pública deve estabelecer parâmetros legalmente possíveis que separem aqueles que têm condições de executar o contrato licitado daqueles que não as tem.

Ao dissertar sobre o tema, o renomado doutrinador Hely Lopes Meirelles assevera que:

Embora haja interesse da Administração no comparecimento do maior número de licitantes, o exame das propostas restringe-se àquelas que realmente possam ser aceitas, em razão da pessoa do proponente. Isto

porque a **Administração só pode contratar com quem tenha qualificação para licitar, ou seja, o interessado que, além da regularidade com o Fisco, demonstre possuir capacidade jurídica para o ajuste; condições técnicas para executar o objeto da licitação; idoneidade financeira para assumir e cumprir os encargos e responsabilidade do contrato.** (Grifos nossos)

Este é o posicionamento do Tribunal de Contas da União ao proferir entendimento sobre a questão da qualificação técnica. O Ministro Raimundo Carreiro dispôs que:

(...) é lícita a exigência de atestados de execução de quantidades mínimas de serviços relevantes de dada obra para a comprovação da capacidade técnico-operacional de licitante. (Grifos nossos)

Este é o sentido e o teor da Súmula 263 do Tribunal de Contas da União:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, **é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.** (Grifos nossos)

Na verdade, para a execução da obra ora licitada, não pode esta Autarquia se expor, arriscando a dispensar a efetividade do conhecimento técnico especializado e a comprovação de experiência pretérita de capacidade profissional e operacional para o cumprimento do objeto do contrato.

Assim sustenta o Superior Tribunal de Justiça na seguinte afirmação feita no Acórdão do Recurso Especial nº 1.381.152/2015:

A capacidade técnica, em regra, consiste no domínio de conhecimento e habilidades (práticas e teóricas) para a execução do objeto a ser contratado, demonstrada por meio de experiências anteriores. **Não basta que os interessados na licitação demonstrem que poderiam executar o serviço, têm que provar que possuem todos os elementos técnicos e empresariais que efetivamente os habilitem a cumprir o objeto do contrato. Deve ser provada a qualificação técnico-operacional (organização empresarial de gestão, referente à empresa,) e a técnico-profissional (referente às pessoas físicas que prestam os serviços).** (Grifos Nossos).

Assim sendo, as exigências de capacidade técnica que guardem fidelidade com o escopo licitado são essenciais, na medida em que visam assegurar uma contratação segura, evitando-se imprevistos indesejados à Administração contratante, motivo pelo qual a autoridade deve fixá-las na latitude necessária, sem ensejar restrição excessiva à competitividade no certame, mas resguardando que venham a acudi-lo apenas empresas efetivamente aptas a satisfazer seu escopo.

Sobre o tema, o TCU, no Acórdão nº 1214/2013, se manifestou com o seguinte entendimento:

61. Antes de entrar no mérito da questão da capacidade técnico-profissional em si, é preciso falar um pouco da qualificação técnica em geral. Trata-se de uma das questões mais intrincadas e que causa mais controvérsias na interpretação da Lei 8.666/93. **É inegável que a administração deve procurar contratar empresas e profissionais que detenham condições**

técnicas para realizar os serviços a contento. Conseqüentemente, é preciso fazer exigências para que os licitantes demonstrem possuir tal capacidade. Por outro lado, é sempre uma preocupação, principalmente dos órgãos de controle, evitar que a busca desse objetivo proporcione a aposição de exigências desarrazoadas nos editais, restringindo excessivamente a competitividade dos certames, dando margens a favorecimentos, etc. Deve-se, portanto, buscar a ampliação da competitividade, minimizando, no entanto, a exposição da administração ao risco de contratar uma empresa que não tem as condições técnicas necessárias para prestar os serviços adequadamente.

(...)

63. Já antes da Lei 8.666/93, o ordenamento jurídico brasileiro contemplava os dois tipos de qualificação, a chamada técnico-operacional, que diz respeito à qualificação da empresa a ser contratada, e a qualificação técnico-profissional, que se refere à capacitação dos profissionais daquela empresa. Compreende-se que a capacidade técnica representa uma conjugação das duas modalidades de qualificação.

64. **Quando se trata de qualificação técnico-operacional, a jurisprudência e a doutrina são pacíficas em admitir que se exija dos licitantes que tenham executado quantidades mínimas do serviço, de forma a assegurar que elas terão condições de prestar os serviços que estão sendo contratados.** Isso porque se entende não ser suficiente para uma empresa demonstrar a capacidade para administrar 100 postos de trabalho, por exemplo, que ela tenha prestado um serviço com apenas 10 postos de trabalho, dada a clara diferença de dimensão entre as duas situações, que envolvem um know-how distinto. **Entende-se que avaliação do porte dos serviços que já foram prestados por uma determinada empresa é importante para que a administração se certifique das condições técnicas da empresa para a execução dos serviços que estão sendo contratados**

65. A pergunta que se deve fazer é a seguinte: a dimensão dos serviços também é um aspecto relevante quando se refere à demonstração da capacidade técnica dos profissionais envolvidos na execução dos serviços? Julgo que sim, especialmente quando se trata da prestação de serviços que envolvem maior grau de complexidade. Imagine-se, por exemplo, a contratação de serviços de manutenção predial em um determinado órgão, que possui instalações com determinadas dimensões e características. Seria suficiente solicitar que o profissional responsável demonstrasse ter executado serviços da mesma natureza, independentemente do porte e das características do prédio de que tratava o contrato pretérito? Ou seria importante, ou mesmo imprescindível, que se exija do profissional demonstrar ter executado serviços de porte e características minimamente semelhantes? Parece-me que a segunda opção é a mais adequada, sob pena de fragilizar a exigência de capacidade-profissional. (Grifos Nossos)

De forma similar, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na apelação nº 1.0459.15.002622-5/003, pronuncia:

1. A exigência de comprovação da capacidade técnico-profissional do responsável técnico da empresa licitante, com critérios mínimos, não viola o disposto no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666, de 1993, porquanto a vedação disposta na norma se refere ao número de atestados a serem apresentados. Precedentes de STJ e TCU.

Outro não é o sentido e o teor da Súmula 263 do Tribunal de Contas da União:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, **é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.** (Grifos Nossos)

Com efeito, em observância ao art. 30 da Lei Nacional n. 8.666, de 1993, a Administração encontra-se autorizada a exigir prova da capacidade técnica da empresa, de seu responsável técnico, e assim, a exigir a comprovação de desempenho de atividade em características e quantidades coerentes com aquelas licitadas, expressas nos itens de maior relevância e valor significativo, em relação ao objeto do contrato.

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao “*quantum*” que poderá ser exigido pela Administração Pública. O entendimento doutrinário e jurisprudencial predominante admite como praxe percentuais que não extrapolem o patamar de 50% a 60% do total a ser executado. Assim, mostrando-se necessária a exigência de qualificação técnica, deve-se eleger as parcelas mais importantes da obra, e estabelecer quantitativos mínimos que compreendam em média 50% das parcelas do objeto licitado.

Esta é a recomendação do TCU no Acórdão n. 2.299/07, rel. Min. Augusto Nardes:

Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal n. 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova da execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida**, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.(Grifos nossos)

Outras deliberações do TCU sinalizam para a razoabilidade da exigência de experiência anterior de até 50% da correspondente quantidade do objeto a ser licitado. Assim está consignado no Acórdão n. 2215/2008 – Plenário:

9.5.3 - Limitem as exigências de capacidade técnico-operacional aos mínimos necessários que garantam a qualificação técnica das empresas para execução de cada contrato do empreendimento, devendo **abster-se de estabelecer exigências excessivas, que possam restringir indevidamente a competitividade dos certames, a exemplo da comprovação de experiência em percentual superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos a executar** (conforme jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1.284/2003 – Plenário; 2.088/2004 – Plenário [“salvo em casos excepcionais”]; 2656/2007 – Plenário; 608/2008 – Plenário), cumprindo o que prescreve o art. 37 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei 8.666/93.(Grifos nossos)

No que tange aos quantitativos exigidos, foram eles fixados no percentual a **50%** (cinquenta por cento) sobre a obra a ser executada, espelhando um mínimo necessário a retratar com fidelidade a necessária comprovação da qualificação técnica, dada a dimensão e complexidade da obra, sem desnaturação de seu porte, e, portanto, sem excessos.

Atente-se, ainda, que a competência do administrador público não pode se furtar a identificar, em cada licitação, conforme as características do objeto licitado e do futuro contrato, quais as exigências indispensáveis para assegurar a boa execução. Necessário é que tais condições estejam em consonância com o princípio da igualdade, sejam proporcionais e razoáveis, aptas a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, respeitando o caráter competitivo da licitação.

Assim, a Administração não pode dispensar o cumprimento desses requisitos, pois colocaria em risco a execução dos serviços e o Poder Público, além de violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório

19.3. Qualificação Econômico-financeira

19.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Certidão de Recuperação Judicial da sede da pessoa jurídica, conforme Lei 11.101/2005, expedida pelo cartório distribuidor (Fórum) há menos de 60 (sessenta) dias da data designada no preâmbulo do Edital para o recebimento da documentação e das propostas.

20. TÉCNICO RESPONSÁVEL POR CONFERIR DOCUMENTOS EXIGIDOS:

O Gestor do contrato Sr. Ivaci da Silva e o Sr. Alexandre Gonzaga, serão os responsáveis técnicos para conferir os documentos técnicos exigidos neste processo.

21. ORDENADOR DE DESPESAS:

Rogério Eduardo Oliveira (Diretor Presidente do SAAE de Itabirito/MG)

22. SUPERITENDENTE: Heloisa Cristina França Cavallieri

Itabirito-MG, 18 de agosto de 2023.

Ivaci da Silva
Gestor do Contrato

Raphael da Silva
Gestor suplente do Contrato

Fabício Marcelino Cruz e Silva
Fiscal do Contrato

Alexandre Gonzaga
Fiscal suplente do Contrato



ANEXO II

ESGOTAMENTO SANITÁRIO BAIRRO MEU SÍTIO

(PLANILHA RESUMO / PLANILHA DE OBRA / CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO)


PLANILHA DE OBRA
SES - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
REDE COLETORA DE ESGOTO - BAIRRO MEU SÍTIO - ITABIRITO/MG

ITEM	FONTE	CODIGO	DESCRIÇÃO	Und.	Quant.	Custo Unitário (R\$)	BDI/ADM (%)	R\$ unit. (R\$)	R\$ Totl (R\$)
TOTAL REDE COLETORA BAIRRO MEU SÍTIO									
SERVIÇOS PRELIMINARES									
01 MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO									
010101	COPASA	65000180	LOCOMOÇÃO DE OBRAS - LOCOMOÇÃO DE CONTAINER ESCRITÓRIO	MES	3,00	600,00	26,44%	750,64	7.575,32
010102	COPASA	65000181	LOCOMOÇÃO DE OBRAS - LOCOMOÇÃO DE CONTAINER BANHEIRO	MES	3,00	600,00	26,44%	750,64	2.275,92
010103	COPASA	65000182	LOCOMOÇÃO DE OBRAS - LOCOMOÇÃO DE CONTAINER ALMOXARIFADO	MES	3,00	550,00	26,44%	695,42	2.088,28
010104	COPASA	65000007	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRA PADRÃO COPASA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	1,98	370,61	26,44%	468,60	927,83
02 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO									
REDE									
020101	COPASA	65001171	LOCOMOÇÃO DE REDE E ELABORAÇÃO DE NOTA DE SERVIÇO, INCLUSIVE LEVANTAMENTO DE NORMAS - OBRAS	KM	5,43	6,49	26,44%	8,21	44,58
020102	COPASA	65001148	CADASTRO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS (RGE)	KM	5,43	653,26	26,44%	876,58	4.782,32
020103	COPASA	65001149	CADASTRO DE POÇO DE VISITA E/OU CAVALA, COM COTA ALTIMÉTRICA	LN	150,00	160,40	26,44%	214,19	31.056,11
020104	COPASA	65001863	ELABORAÇÃO DE DESENHO AS-BUILT	LN	3,00	129,27	26,44%	164,27	4.920,80
020105	COPASA	65001720	TRAVESSIA METÁLICA PIVELCULOS	LN	5,00	123,07	26,44%	155,61	778,05
020106	COPASA	65001719	PASSADICO DE MADEIRA PARA PASSEIQUES	LN	5,00	49,74	26,44%	62,89	314,46
020107	COPASA	65000564	LIMPEZA TERRENO COM PASSEIQUES MANUAIS	M2	538,50	5,23	26,44%	6,61	3.561,00
020108	COPASA	65000565	LIMPEZA TERRENO COM ROÇAGUEIRA MECÂNICA	M2	1.077,00	0,52	26,44%	0,68	738,11
020109	COPASA	65000597	DEMOLEÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO COM FERRAMENTAS MENORES OU RESJAS A 2,00M	M2	2.785,10	13,42	26,44%	16,97	47.309,17
020110	COPASA	65001152	ESCALVAÇÃO MANUAL DE VALAS, SOLO SECO, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50M	M3	1.147,10	52,25	26,44%	66,12	75.841,33
020111	COPASA	65000156	ESCALVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS SOLO SECO, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M3	38,40	65,38	26,44%	82,64	3.173,42
020112	COPASA	65000160	ESCALVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS SOLO COM ÁGUA, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M3	3.405,47	11,21	26,44%	14,17	48.268,60
020113	COPASA	65000163	ESCALVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS SOLO COM ÁGUA, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M3	130,48	13,49	26,44%	17,06	2.225,63
020114	COPASA	65000168	ESCALVAÇÃO E CARGA MECÂNICA DE VALAS, EM ROCHA BRANDA, ATÍRIO	M3	244,77	28,05	26,44%	325,75	78.138,90
020115	COPASA	65000185	ESCALVAÇÃO E CARGA MECÂNICA DE VALAS, EM ROCHA DURA, ATÍRIO	M3	244,77	39,43	26,44%	505,04	123.470,44
020116	COPASA	65000221	ENSCONEIRA (RIP - RAPI) EM SOLO CIMENTO, TRACO 1:10	M3	18,123	285,42	26,44%	360,89	6.540,23
020117	COPASA	65000221	ENSCONEIRA (RIP - RAPI) EM SOLO CIMENTO, TRACO 1:10	H	14,000	2,41	26,44%	3,05	43,60
020118	COPASA	65000218	ENCOCIMENTO MANUAL, COM ARRUMAÇÃO DO MATERIAL	M3	2,50	275,85	26,44%	348,53	871,33
020119	COPASA	65000217	ENCOCIMENTO MANUAL, SEM ARRUMAÇÃO DO MATERIAL	M3	2,50	271,38	26,44%	339,89	849,72
020120	COPASA	65000297	ENCOCIMENTO DESCONTINÚO	M2	100,00	27,42	26,44%	34,87	3.486,58
020121	COPASA	65000172	ACERTAMENTO DE FUNDO DE VALAS	M2	2.305,80	8,40	26,44%	10,62	25.381,97
020122	COPASA	65000173	ATERRO DE VALAS E CAVAS DE FUNDAÇÃO, C/ AVALIAÇÃO VISUAL DA COMPACTAÇÃO	M3	2.305,80	19,38	26,44%	24,48	58.499,40
020123	COPASA	65000501	PINTURA DE LIGAÇÃO COM BR-1C, PARA FAXAS MAIORES QUE 3,50M	M2	2.785,10	3,98	26,44%	5,01	13.980,08
020124	COPASA	65000457	PAVIMENTO ASFÁLTICO EM GRUPO, FAXA 1", E ESPESSURA DA CAPA DE 3,5 CM, EXCLUSIVE BASE, PARA FAXA DE LARGURA ATÉ 3,50 M	M2	2.785,10	77,26	26,44%	97,69	272.382,84
020125	COPASA	65000178	CARGA MANUAL (MATERIAL EM GERAL), SEM MANUSEIO E ARRUMAÇÃO DO MATERIAL, INCLUSIVE DE SCARGA	M3	814,92	16,57	26,44%	20,95	17.073,54
020126	COPASA	65000181	CARGA MECÂNICA (MATERIAL EM GERAL), SEM MANUSEIO E ARRUMAÇÃO DO MATERIAL	M3	1.792,35	2,16	26,44%	2,73	4.885,09
020127	COPASA	65000188	TRANSPORTE MANUAL (TERRA, AREIA, ENTULHO) DISTÂNCIA ENTRE 60 E 100 M	M3	100,00	66,23	26,44%	83,74	8.374,12
020128	COPASA	65000185	TRANSPORTE MANUAL (PEDRA BRANCA, PEDREGULHO) DISTÂNCIA ENTRE 60 E 100 M	M3	100,00	69,72	26,44%	88,15	8.815,60
020129	COPASA	65000284	TRANSPORTE MANUAL ARGAMASSA, CONCRETO DISTÂNCIA ENTRE 30 E 80 M	M3	100,00	61,01	26,44%	77,14	7.714,10
020130	COPASA	65000193	TRANSPORTE COMERCIAL RODOMÁRIO (MATERIAL EM GERAL), A GRANEL	M3XKM	1.302,60	1,06	26,44%	1,37	1.778,77
020131	COPASA	65000176	ESPALHAMENTO DE SOLO EM BOTA FORA	M3	1.302,60	2,87	26,44%	3,63	4.726,92
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBO									
020201	COPASA	65000377	ASSENTAMENTO DE TUBOS E CONEXÕES PVC DE DN 150	M	4.885,54	5,93	26,44%	7,50	38.861,23
020202	COPASA	65000378	ASSENTAMENTO DE TUBOS E CONEXÕES PVC DE DN 200	M	543,26	6,18	26,44%	7,81	4.245,20
020203	SNAPI	08041438	FORNECIMENTO DE TUBO PVC ESGOTO, LISO, CORRUGADO OU LISO, NBR 7242 - OCRE DN 150MM	M	4.895,51	63,45	16,80%	97,47	478.581,31
020204	SNAPI	08041439	FORNECIMENTO DE TUBO PVC ESGOTO, LISO CORRUGADO OU LISO NBR 7242 - OCRE DN 200MM	M	543,26	141,73	16,80%	165,54	89.935,25
ENVELOPAMENTO DE TUBO									
020205.01	COPASA	35000648	TELA HEXAG. GALV. FIO 248WG MALHA 1/2"	M2	1.056,20	13,45	16,80%	15,71	16.824,90
020205.02	COPASA	65000584	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRACO 1:3	M3	15,67	602,89	26,44%	782,29	12.099,90

02.03		POÇOS DE VISITA								
02.03.01	COPASA	65000316	FOCO DE VISITA (ALTURA = 1,00 M E BALAO: DIAMETRO = 0,80 M), P. COPASA 062/-, EM ANEIS PRE-MOLDADOS DE CONCRETO P. COPASA 104.	U	159,00	672,94	26,44%	850,87	265.888,90	135.287,59
02.03.02	COPASA	65000317	ADICIONAL DE PREÇO P/ ACRESCIMO NA ALTURA DE FOCO DE VISITA EM ANEIS PRE-MOLDADOS DE CONCRETO (BALAO: DIAMETRO = 0,80 M)	M	159,00	563,35	26,44%	712,30	113.255,66	113.255,66
02.03.03	COPASA	65001603	ARGAMASSA AUTONIVELANTE E EXPANSIVA P/ GRAUTEAMENTO, INCLUSIVE LANCAMENTO E CURA	M3	3,18	4.313,99	28,44%	5.454,81	17.345,68	17.345,68
02.04			REDE DE RECALQUE						30.943,79	
02.04.01	COPASA	65003883	ESTRUTURAS DE APOIO PARA TUBULAÇÕES AERIAS	UN	5,00	1.297,27	26,44%	1.640,27	8.201,34	8.201,34
02.04.01.01	COPASA	65000217	ELABORACAO DE DESENHO A'S BUILT	M3	38,25	221,38	26,44%	279,89	10.144,67	10.144,67
02.04.01.02	COPASA	65000156	ENROCAMENTO MANUAL, SEM ARRUMACAO DO MATERIAL	M3	4,32	65,36	26,44%	82,64	357,01	357,01
02.04.01.03	COPASA	65000284	ESCAVACAO MANUAL DE VALAS (SOLO COM AGUA), PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M	30,00	43,13	26,44%	54,53	1.636,01	1.636,01
02.04.01.04	COPASA	65000238	BROCA DE CONCRETO (DIAMETRO= 25 CM), CONSUMO MINIMO DE CIMENTO 150 KG/M3	M2	28,80	56,18	26,44%	73,56	2.118,61	2.118,61
02.04.01.05	COPASA	65000275	FORMA PLANA EM TABUA DE PINHO, P/ FUNDACOES	KG	432,00	4,32	26,44%	5,48	2.359,67	2.359,67
02.04.01.06	COPASA	65000375	ARMADURA DE ACO CA 50 E CA 60, COLOCACAO	M3	5,40	714,92	26,44%	903,64	4.881,30	4.881,30
02.04.01.07	COPASA	65000188	CONCRETO ESTRUTURAL (FCR = 20 MPa), PREPARO EM BETONEIRA, INCLUSIVE LANCAMENTO E ADENSAMENTO	M3	5,00	66,23	26,44%	83,74	418,71	418,71
02.04.01.08	COPASA	65000189	TRANSPORTE MANUAL (TERRA, AREIA, ENTULHO) DISTANCIA ENTRE 60 E 100 M	M3	5,00	66,72	26,44%	86,15	440,77	440,77
02.04.01.09	COPASA	65000204	TRANSPORTE MANUAL (PEDRA BRITADA, PEDREGULHO) DISTANCIA ENTRE 60 E 100 M	M3	5,00	61,01	26,44%	77,14	385,71	385,71
02.04.01.10	COPASA		TRANSPORTE MANUAL (ARGAMASSA, CONCRETO) DISTANCIA ENTRE 30 E 60 M	M3	5,00					
03			ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA OBRA						37.321,16	
03.01			ADMINISTRAÇÃO LOCAL COMPREENDENDO: CHEFIA DA OBRA, ENGENHARIA, SEGURANÇA DO TRABALHO, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CANTEIRO DE OBRA, CONSUMO DE ENERGIA, ÁGUA E TELEFONE, ETC FIXADO EM 7,04% DO VALOR DA OBRA CONFORME ORIENTAÇÃO DO TC 038.076/2011-2 ACORDÃO Nº 282/2013 – TCU – Plenário - DIVIDIDO EM 3 MESES DE OBRAS	MÊS	3,00	12.440,39		111.963,49	37.321,16	37.321,16

OBSERVAÇÕES:

- 1 - PREÇOS UTILIZANDO AS TABELAS BASE SINAPI JUNHO/2023 E COPASA - AGOSTO/2023
- 2 - PLANILHA ELABORADA DE ACORDO COM ORIENTAÇÃO DO TC 038.076/2011-2 ACÓRDÃO Nº 282/2013 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. FORAM UTILIZADOS OS PERCENTUAIS SUGERIDOS DO 3º QUARTIL - 26,44% PARA SERVIÇOS E 18,80% PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL TIPO DE OBRA - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS
- 3- ADMINISTRAÇÃO LOCAL ADOTADO MÉDIO QUARTIL 7,64% INSERIDO NO CUSTO DIRETO
- 4- COMPOSIÇÃO DO BDI PARA SERVIÇOS: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: 4,0% - SEGURANÇA + GARANTIA: 0,80% - RISCO: 1,27% - DESPESA FINANCEIRA: 1,23% - LUCRO: 7,40%

		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO INTERCEPTOR DE ESGOTO - BAIRRO MEU SÍTIO - ITABIRITO/MG			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR DA ETAPA	%	DIAS	
				20	30
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	7.675,32	0,42 %	33,33%	33,33%
02	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1.797.162,11	97,56 %	2.558,44	2.558,44
06	ADMINIS TRACÃO DIRETA DA OBRA	37.321,16	2,03 %	898.581,06	898.581,06
	TOTAIS SIMPLES (%)			33,33%	33,33%
	TOTAIS ACUMULADOS (%)			12.440,39	12.440,39
	TOTAIS SIMPLES (R\$)	100,00 %		0,81 %	49,59 %
	TOTAIS ACUMULADOS (R\$)	1.842.158,60		14.998,83	50,41 %
				913.579,89	100,00 %
				928.578,71	913.579,89
				1.842.158,60	1.842.158,60

AGOSTO/2023

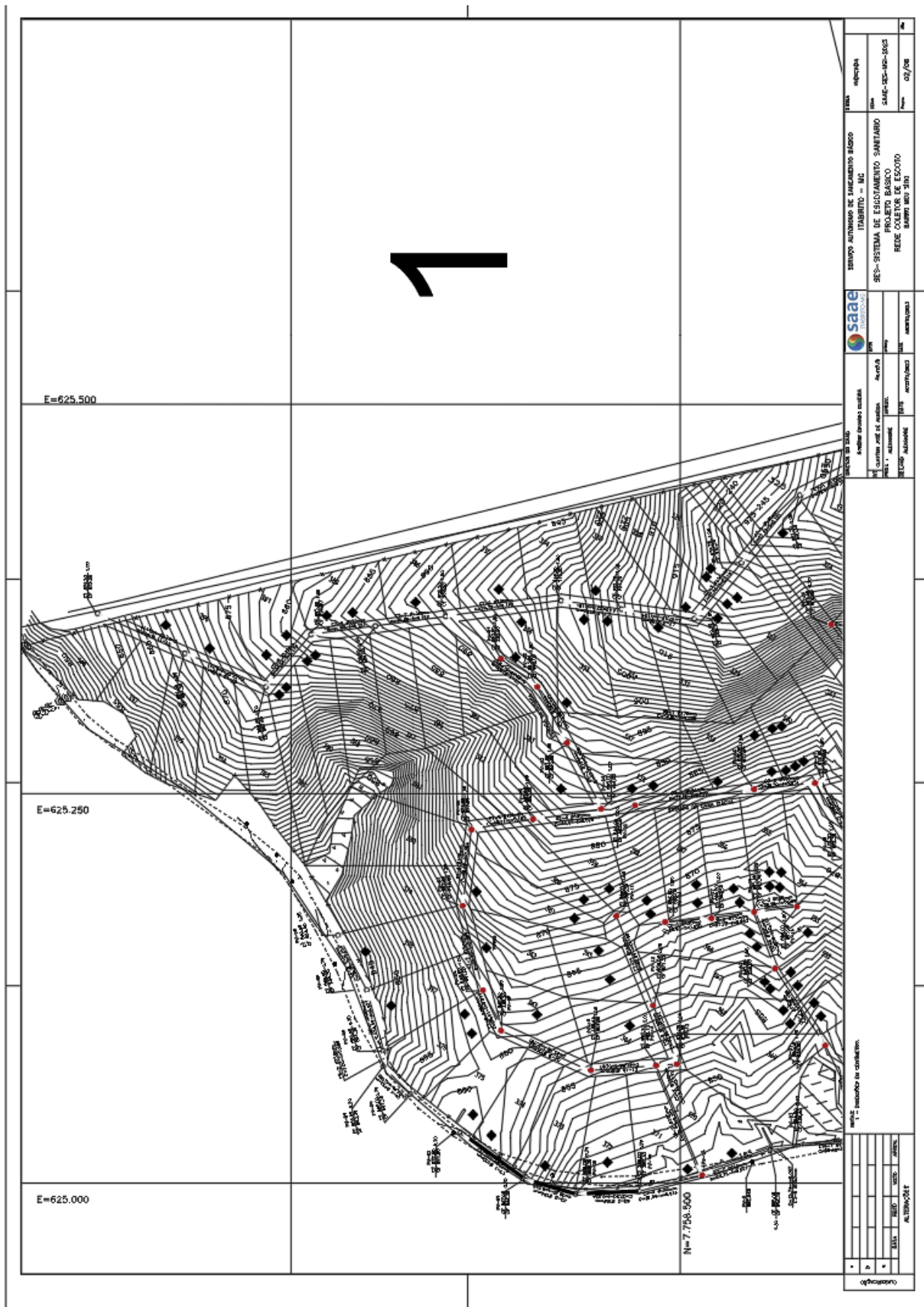
Folha 1/1

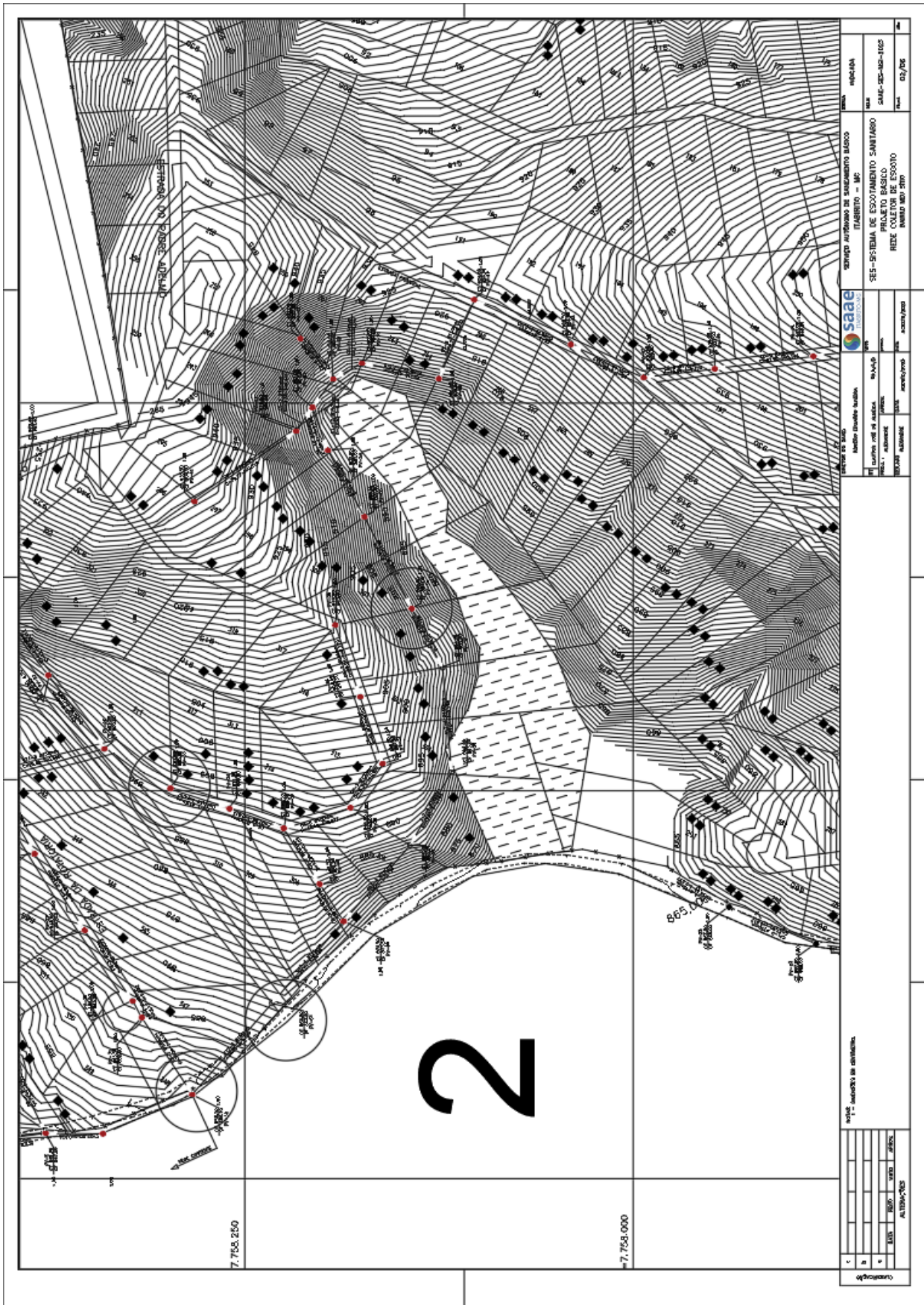
SAAE-SES

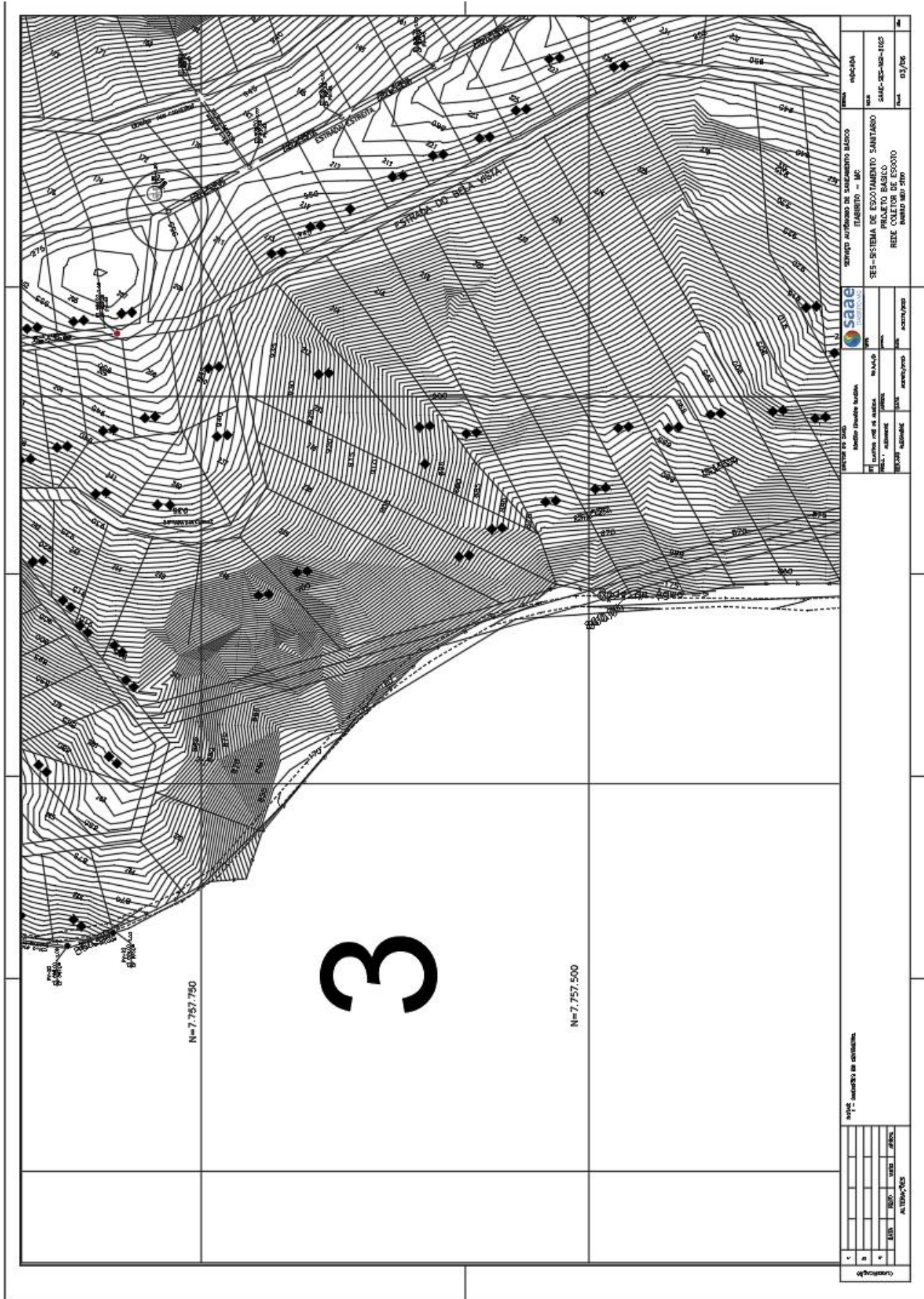


ANEXO III

ESGOTAMENTO SANITÁRIO BAIRRO MEU SÍTIO (PROJETOS ORIENTATIVOS)

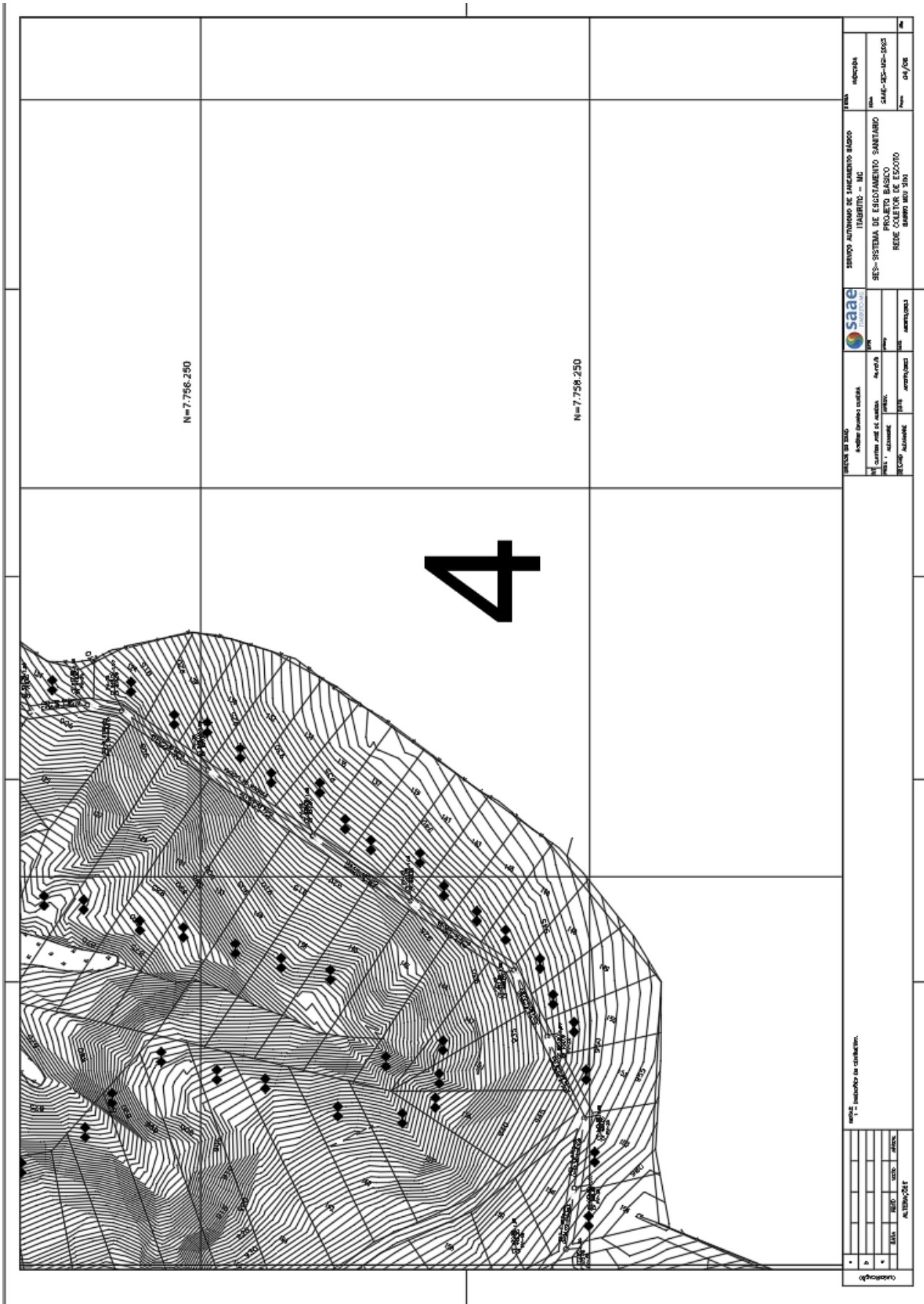






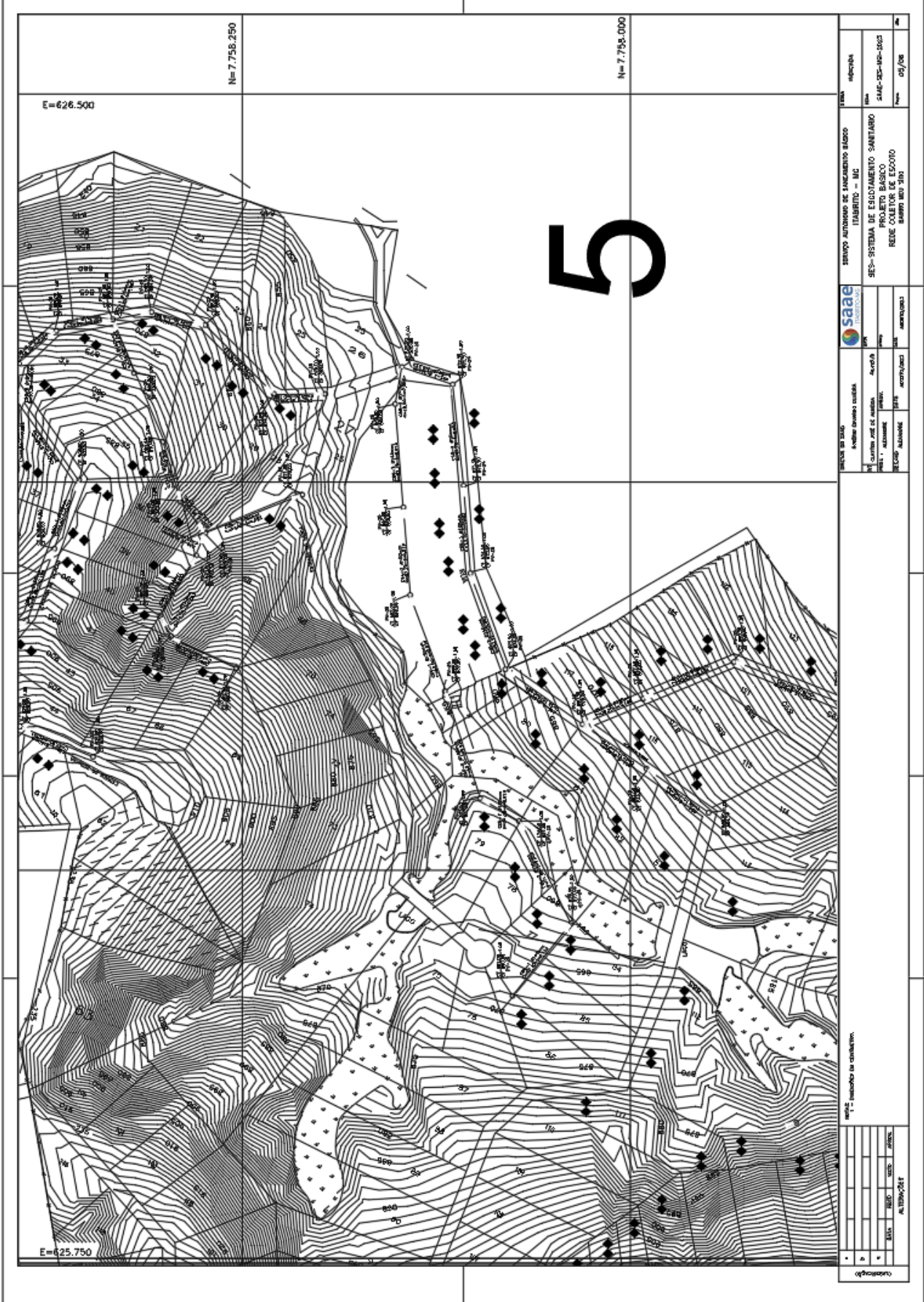
NOTA: ANEXO 233 DE LICENCIAMENTO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10



<p>SESA - SISTEMA DE ENDOAMENTO SANITARIO</p> <p>ITABIRITO - MG</p> <p>PROJETO BÁSICO</p> <p>REDE COLETA E ESGOTO</p> <p>PARTE Nº 04</p>		<p>DATA</p> <p>04/08</p>
<p>SESAE DE ITABIRITO</p> <p>Av. Carlos José de Azevedo, 99 - Centro</p> <p>CEP: 35450-081</p> <p>TELEFONE: (31) 3562-4100</p> <p>FAX: (31) 3562-4100</p> <p>EMAIL: saae@itabirito.mg.gov.br</p>		<p>PROJETO</p> <p>PROJ. BÁSICO</p> <p>PROJ. EXECUTIVO</p>
<p>SESAE DE ITABIRITO</p> <p>Av. Carlos José de Azevedo, 99 - Centro</p> <p>CEP: 35450-081</p> <p>TELEFONE: (31) 3562-4100</p> <p>FAX: (31) 3562-4100</p> <p>EMAIL: saae@itabirito.mg.gov.br</p>		<p>PROJETO</p> <p>PROJ. BÁSICO</p> <p>PROJ. EXECUTIVO</p>
<p>SESAE DE ITABIRITO</p> <p>Av. Carlos José de Azevedo, 99 - Centro</p> <p>CEP: 35450-081</p> <p>TELEFONE: (31) 3562-4100</p> <p>FAX: (31) 3562-4100</p> <p>EMAIL: saae@itabirito.mg.gov.br</p>		<p>PROJETO</p> <p>PROJ. BÁSICO</p> <p>PROJ. EXECUTIVO</p>

<p>SESAE DE ITABIRITO</p> <p>Av. Carlos José de Azevedo, 99 - Centro</p> <p>CEP: 35450-081</p> <p>TELEFONE: (31) 3562-4100</p> <p>FAX: (31) 3562-4100</p> <p>EMAIL: saae@itabirito.mg.gov.br</p>	
<p>SESAE DE ITABIRITO</p> <p>Av. Carlos José de Azevedo, 99 - Centro</p> <p>CEP: 35450-081</p> <p>TELEFONE: (31) 3562-4100</p> <p>FAX: (31) 3562-4100</p> <p>EMAIL: saae@itabirito.mg.gov.br</p>	
<p>SESAE DE ITABIRITO</p> <p>Av. Carlos José de Azevedo, 99 - Centro</p> <p>CEP: 35450-081</p> <p>TELEFONE: (31) 3562-4100</p> <p>FAX: (31) 3562-4100</p> <p>EMAIL: saae@itabirito.mg.gov.br</p>	
<p>SESAE DE ITABIRITO</p> <p>Av. Carlos José de Azevedo, 99 - Centro</p> <p>CEP: 35450-081</p> <p>TELEFONE: (31) 3562-4100</p> <p>FAX: (31) 3562-4100</p> <p>EMAIL: saae@itabirito.mg.gov.br</p>	



DATA	assinatura
Nº	SAAE-DES-OP-0603
DATA	05/08

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
ITABIRITO - MG
SES- SISTEMA DE ENQUADRAMENTO SANITÁRIO
PROJETO BÁSICO
REDE COLETA DE ESGOTO
Lote 001/002

saae ITABIRITO	
PROJETO	PROJETO BÁSICO
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
ITABIRITO - MG
SES- SISTEMA DE ENQUADRAMENTO SANITÁRIO
PROJETO BÁSICO
REDE COLETA DE ESGOTO

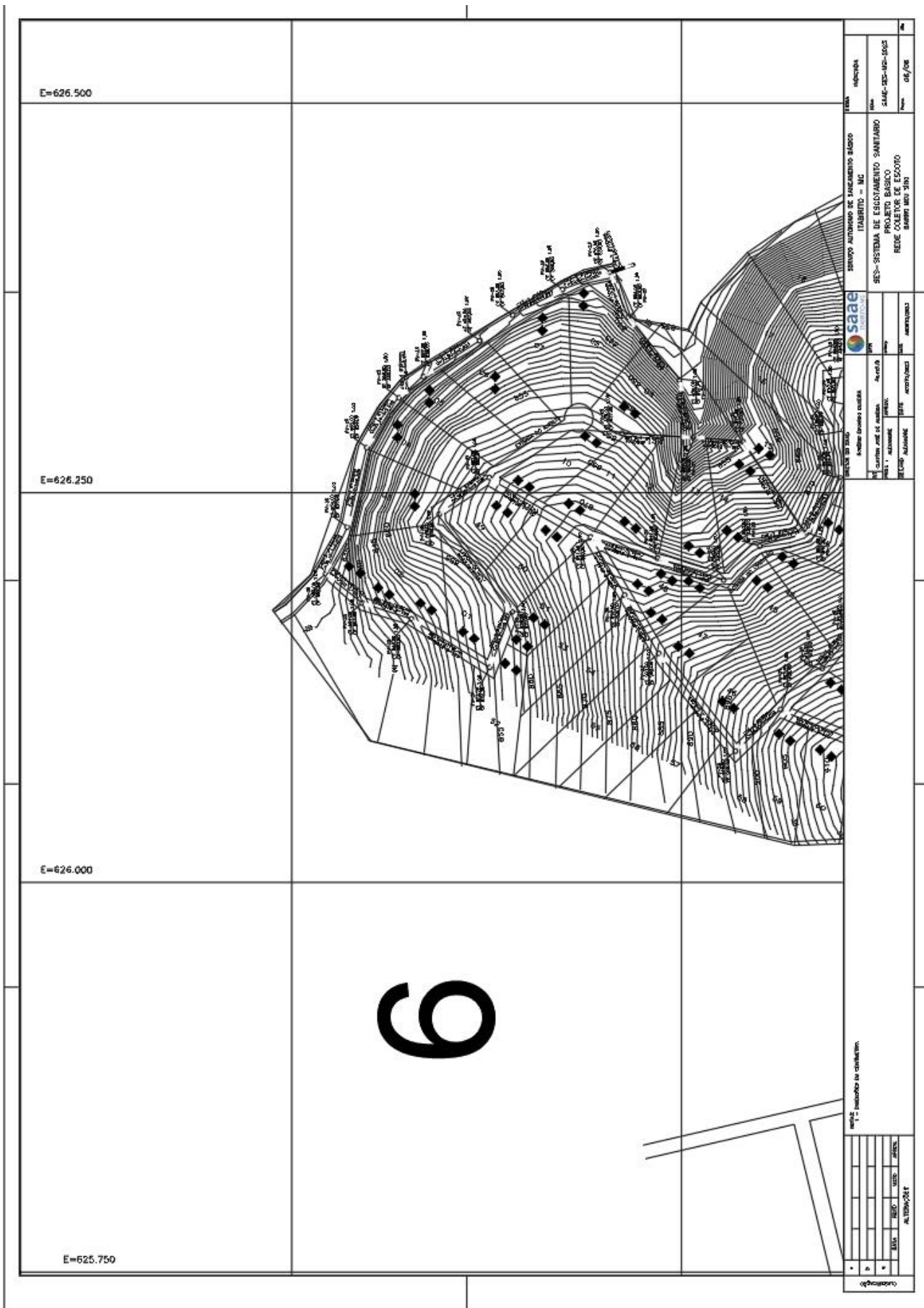
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
ITABIRITO - MG
SES- SISTEMA DE ENQUADRAMENTO SANITÁRIO
PROJETO BÁSICO
REDE COLETA DE ESGOTO

PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA

PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA
PROJETA	PROJETA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
ITABIRITO - MG
SES- SISTEMA DE ENQUADRAMENTO SANITÁRIO
PROJETO BÁSICO
REDE COLETA DE ESGOTO



SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO ITABIRITO - MG		DATA: 06/06/2014
RES - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO PROJETO BÁSICO		Nº: SAAB-ESP-002-2003
REDE COLETORES DE ESGOTO BARRIO RIO BRANCO		Nº: 06/06
		
NOME DO PROJETO:	Nº DE CADASTRO:	DATA DE EMISSÃO:
NOME DO CLIENTE:	Nº DE AUTORIZAÇÃO:	DATA DE VALIDADE:
NOME DO PROJETISTA:	Nº DE REGISTRO:	DATA DE REGISTRO:
NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:	Nº DE REGISTRO:	DATA DE REGISTRO:
NOME DO RESPONSÁVEL FISCAL:	Nº DE REGISTRO:	DATA DE REGISTRO:
NOME DO RESPONSÁVEL EXECUTIVO:	Nº DE REGISTRO:	DATA DE REGISTRO:

escala: 1" = 100 metros na construção.

DATA:	FOLHA:	ANEXO:
06/06/2014	01	01

Caudal:



ANEXO IV
(ENDEREÇO ELETRÔNICO DAS REFERÊNCIA DE PREÇOS)

1 – SITE COPASA:

https://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/a-copasa/portal-da-transparencia/obras-e-servicos!/ut/p/z1/vZJNb8lwDIZ_yw4cl7tfazl2SFD0GBMT080FhTZAEE1KkrHt3y9F3CbYdlkucZTXtp7XBgoFUMIOYsusUJld3Luk96tHzNMsz3Eym4-HmObz2Wg2fpjHTx4szwK8clIE-pv8GwJ6u_wrUKBtJWooAw99vw5jEm2YT0K_75N-7cdkHVYbjuvYi2uvU1fStnYHpRGWk0q1zDB3ScvfamV6KFykJbddZKywb9XZih6yi7iHrdKWHUjNiNVMMpZpLihPtRaM0M4MVyfRKUMTH7idwb7ejqYbh0Fszsi5EZBcaUBFN8auHyxPx5p6rg6hg8LxX-ALTsnHdozjgdeOMJJkmGCaRJ7_WyAQRR6F8GN2ZVu9vFVc4ZuOU6Cv8NCKt24XXz546gzhLZZLJokiA77zwD30bZZpXdfyJJePg!!/dz/d5/L2dBISevZ0FBIS9nQSEh/?urile=wcm%3Apath%3A%2Fsite-copasa-conteudos%2Finternet%2Finstitucional%2Fa-copasa%2Fportal-da-transparencia%2Fobras-e-servicos

2 – SITE SINAPI :

https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_648



ANEXO V
ESGOTAMENTO SANITÁRIO BAIRRO MEU SÍTIO
(RELATÓRIO FOTOGRÁFICO)



ANEXO VI
MODELO DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 091/2033 – TOMADA DE PREÇOS Nº: 008/2023

Por este presente instrumento, fica credenciado o Sr. (a) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº.: _____, Carteira de Identidade nº.: _____, expedida por _____, junto ao Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - MG, para representar a empresa (_____), para participar das reuniões relativas ao Processo Licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

RECONHECER FIRMA

obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo padronizado da empresa.

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 091/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº: 008/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/, que até a presente data não foi declarada inidônea pela Administração Pública, ou suspensão de contratar com a Administração, e ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores de fatos supervenientes, ciente de que a não declaração resulta em incidência de penalidades legais, de acordo com o previsto no § 2º do art. 32, da Lei nº: 8.666/1993.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

Representante legal

ANEXO VIII
MODELO DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR

Ao

Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 091/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº: 008/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº: 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº: 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura: _____

Representante legal

(Obs: em caso afirmativo assinar a ressalva acima)

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO SOMENTE PARA ME E EPP

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 091/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº: 008/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº: _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que é considerada:

- MICROEMPRESA**, conforme inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº: 123/06;
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº: 123/06.

E que se encontra sob o regime favorecido da mencionada Lei Complementar nº: 123/06, fazendo jus aos benefícios contidos na referida lei.

Declara que está excluída das vedações constante do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº: 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda ter ciência que a falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº: 123/2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº: 8.666/93.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa.

ANEXO X
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PROPOSTA DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 091/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº: 008/2023

OOBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio, para atender demandas do Serviço Autônomo de Saneamento Básico – SAAE, do município de Itabirito-MG.

Data de apresentação da proposta: 06/10/2023 Horário: Às 09:00hs

ATENÇÃO: PREFERENCIALMENTE UTILIZAR ESTE MODELO DE PROPOSTA

Dados da empresa:	
Razão Social _____	
CNPJ _____	
Endereço _____	
Cidade _____	Estado _____
Contato _____	
E-mail _____	
Dados bancários: Banco _____	Agência: _____
Conta Corrente _____	

Encaminhamos à Comissão Permanente de Licitação, nossa proposta de preços, referente à licitação em epígrafe.

Nossa proposta tem o preço global fixado em R\$ _____ (por extenso), composta de acordo com as exigências do Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA: No mínimo **60 (sessenta) dias**, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

Declaro que no preço proposto encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

_____, ____ de _____ de 2023

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa

OBS: A planilha de preços deverá ser apresentada com a assinatura do responsável técnico, com menção do título profissional, nº da carteira profissional e nome legível, conforme Resolução 285/83 do CONFEA, além da assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa.

ANEXO XI

MINUTA CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITABIRITO E **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CONTRATO Nº SAAE/ITA **XXX/2022**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 091/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº.: 008/2023

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio, para atender demandas do Serviço Autônomo de Saneamento Básico – SAAE, do município de Itabirito-MG.

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO** do Município de Itabirito/MG, Autarquia Municipal reestruturada pela Lei nº 2.999 de 2014, inscrito no CNPJ sob o nº 20.067.146/0001-61, com sede na Rua Rio Branco, nº 99, centro, representado neste ato por seu Diretor Presidente em Exercício, **Rogério Eduardo de Oliveira**, portador do CRQ 022.023-18, CPF 627.197.186.53, no uso de suas atribuições legais, consoante Decreto nº 12704/2019, doravante denominado CONTRATANTE, de um lado; e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXXXXXXXXX – CEP XXXXXXXXXXX, contato (XX) XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; neste ato representado por seu sócio Administrador, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX portador do CPF: XXXXXXXXXXXX, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e demais normas aplicáveis à espécie, têm por justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este Contrato tem como objeto a Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio, para atender demandas do Serviço Autônomo de Saneamento Básico – SAAE, do município de Itabirito-MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - EXIGÊNCIAS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. As obras serão executadas com fornecimento de máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra necessários à execução, às expensas da Contratada e em conformidade com o respectivo Projeto Básico e seus anexos;

2.1.1. A Contratada deverá obrigatoriamente manter nas obras encarregado responsável técnico para acompanhar as fiscalizações do SAAE;

2.2. Caso haja necessidade de alterações na planilha de obras e projetos, devido às condições exigidas na execução das obras, estas deverão ser devidamente autorizadas, por escrito pelo Fiscal do contrato e as modificações deverão ser indicadas em cópia de projeto pela Contratada e encaminhadas para o Fiscal e/ou Gestor do contrato;

2.3. As alterações de projetos, detalhes e especificações executadas sem a anuência do SAAE, serão recusadas de forma que a obra obedeça rigorosamente ao projeto aprovado e especificações gerais;

2.4. Caso a Contratada entenda necessário adequar o cronograma de obra, deverá elaborar e submeter a fiscalização do contrato, para **aprovação até 10 (dez) dias corridos após a emissão da carta de início das obras, o seu cronograma físico-financeiro**, visando com isto, garantir que a obra não sofra atrasos devidos a estes fatores;

2.5. Todo e qualquer material empregado na obra será obrigatoriamente de 1ª. qualidade, segundo a norma técnica e deverá satisfazer as especificações do SAAE;

2.6. Para a execução destas atividades, será obrigatório o emprego de mão de obra qualificada;

2.7. A Contratada deverá fornecer e se responsabilizar por quaisquer despesas com equipamentos de segurança para os funcionários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT, transporte, impostos, alimentação de pessoal, obrigações sociais trabalhistas e quaisquer demais despesas decorrentes da execução do objeto;

2.8. A Contratada deve se responsabilizar pela manutenção e pelo uso de equipamentos de prevenção de acidentes dos funcionários, e de seus prestadores de serviço no local da obra, de acordo com as Normas de Segurança do Ministério do Trabalho e Equipamentos, além da segurança de máquinas, equipamentos e materiais de prevenção;

2.9. A Contratada deverá manter os locais das intervenções/obra devidamente sinalizado com placas, cones e cavaletes e manter o local da obra limpo e desembaraçado, durante todo o decorrer da execução e para tal, providenciará constantemente a remoção de todo o entulho e o material excedente, que deverão ser armazenados, transportados e destinados de forma a atender ao programa de gerenciamento de resíduos da construção civil do município (Leis Municipais);

2.9.1. Na hipótese de ter a Contratada interesse em descartar a produção coletada, o fato deverá ser comunicado de forma expressa e formal ao departamento técnico de fiscalização do SAAE, para fins de avaliação, e só se efetivará após a autorização dos órgãos, inclusive ambiental, contendo quantidades, períodos de utilização da área e tipo de resíduo a ser depositado;

2.9.2. Em hipótese alguma será permitido a Contratada armazenar e descartar materiais retirados em lotes e/ou áreas de terceiros, institucionais, áreas verde/preservação permanentes;

2.10. Todos os procedimentos deverão cumprir o que estabelece a NR-18, referente as Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, sendo necessário manter no canteiro de serviços medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução da obra;

2.11. Caso o serviço apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, o Fiscal do contrato solicitará a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de recebimento na comunicação. O atraso na correção dos mesmos acarretará a aplicação das penalidades cabíveis;

2.12. Todos os aspectos ambientais deverão ser geridos a fim de mitigar os impactos ambientais da obra. Saliendo que todos entulhos, bota-fora e quaisquer resíduos serão descartados por meio de caçambas assegurando os fornecedores terceirizados pela empresa contratada a segregação e destinação de forma a atender a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA

3.1. Obra SES Bairro Meu Sítio

As obras do sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Meu Sítio serão realizadas nas localidades abaixo georreferenciadas:

Início:

- Rua Estrada da Caixa d'água – Bairro Meu Sítio.

Coordenadas: 20°15'59.04"S, 43°48'6.75"O
-20.266400°, -43.801875°

Trecho Intermediário:

- Rua Principal, Bairro Meu Sítio

Coordenadas: 20°16'18.08"S, 43°47'53.84"O
-20.271689°, -43.798289°

Trecho Final:

- Interceptor de Esgoto existente na Rua Ana Maria Teixeira, Bairro Cardoso

Coordenadas: 20°16'13.93"S, 43°47'24.14"O
-20.270537°, -43.790038°

CLÁUSULA QUARTA – DIÁRIO DE OBRAS

4.1. A Contratada deverá preencher DIARIAMENTE e apresentar à fiscalização do SAAE, até o primeiro dia útil seguinte, o Diário de Obras;

4.2. O Diário de Obras será o documento para comunicação de fatos, ocorrência, solicitações, análise e avaliações referentes à execução e bom andamento das obras;

4.3. Qualquer pleito ou reivindicação, proposição ou mesmo reclamação, não serão analisados sem o histórico do caso concreto, devidamente registrado;

4.4. O Diário de Obras deverá ser de fácil acesso a fiscalização. A não apresentação do Diário de Obras impedirá a tramitação das medições.

4.5. O DIÁRIO DE OBRA DEVERÁ CONTER:

- ✓ O efetivo da obra;
- ✓ Os equipamentos utilizados;
- ✓ A descrição dos serviços executados;
- ✓ A produção do dia;
- ✓ Atas de reuniões;
- ✓ Solicitações de serviços, documentos e de providencias;
- ✓ Advertências;
- ✓ Nomes de visitantes a obra;
- ✓ Observações de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINTA – DA MEDIÇÃO

5.1. As medições e aferições serão realizadas conforme cronograma físico-financeiro aprovado e/ou de acordo com o “Relatório de Serviços Executados” apresentado pela Contratada, devendo a equipe de fiscalização do SAAE decidir sobre sua aprovação, no prazo **de 05 (cinco) dias úteis** após sua apresentação. As medições e aferições serão realizadas através de levantamento no campo dos serviços efetivamente executados, **no intervalo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da ordem de serviço;

5.2. Os boletins de medições dos serviços e obras serão emitidos em três vias, devendo ser aprovados e assinados pelo responsável técnico da Contratada e pela equipe de fiscalização do SAAE.

5.3. A medição deverá conter:

- ✓ Número de medição;
- ✓ Valor da medição
- ✓ Período da medição;
- ✓ Assinatura do técnico ou preposto responsável (deve ser entregue antes do início das obras ou serviços, documentos da Empresa outorgando a responsabilidade técnica ao preposto ou técnico responsável);

Nota: O Responsável Técnico deverá ser obrigatoriamente o mesmo profissional detentor do atestado técnico apresentado no ato da licitação;

- ✓ Planilha de medição;
- ✓ Cronograma Físico-financeiro (previsto x realizado);
- ✓ Memória de cálculo;
- ✓ Diário de Obras;
- ✓ Certidão de regularidade Municipal, Estadual e Federal/INSS unificada; I- Certidão de regularidade do FGTS;
- ✓ Comprovante de pagamento de INSS em relação aos funcionários da contratada;
- ✓ Memorial fotográfico, assinado pelo Técnico responsável da Contratada e Fiscal do SAAE (as fotos deverão estar coloridas, datadas e mostrando os serviços executados);

CLÁUSULA SEXTA – RECIBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.1. Após a comunicação da conclusão das obras pela Contratada, a equipe de fiscalização do SAAE que, acompanhados de um representante da respectiva Contratada, farão uma vistoria em todos os serviços executados;

6.2. Após a vistoria, se não houver vício algum, o Fiscal da obra emitirá Termo de Recebimento Provisório (TRP);

6.3. Caso haja alguma correção necessária, será emitido um Relatório de Vistoria, pelo Fiscal da obra, informando quais os serviços deverão ser aceitos e quais os serviços deverão ser corrigidos, substituídos ou reparados;

6.4. Os serviços não aprovados deverão ser refeitos nos prazos estabelecidos, sem quaisquer ônus para o SAAE, mantendo-se inalterados as demais obrigações do cronograma físico-financeiro;

6.5. O atraso na correção das irregularidades pela Contratada acarretará na aplicação de penalidades;

6.6. Concluídas as correções, a fiscalização verificará se os serviços serão aceitos ou não, tomando por base as especificações técnicas e planilhas de custos;

6.7. Quando todos os reparos forem executados e aceitos pela fiscalização e setor de Engenharia do SAAE, esta concluirá o relatório de vistoria e, tendo à Contratada cumprida todas as obrigações pertinentes ao contrato, a equipe de fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (TRD);

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O SAAE de Itabirito, através da equipe de fiscalização do contrato, reserva-se no direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto no Projeto Básico, nas Especificações Técnicas constantes em seus anexos, parte integrante;

7.2. A equipe de fiscalização terá poderes para analisar decidir sobre proposições da Contratada que visem melhorar a execução da obra, propor aplicações de advertência a Contratada quanto ao prazo de entrega da obra e as falhas da Contratada, solicitar o reparo dos serviços inadequadamente executados e propor aplicação de penalidades.

7.3. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir ir e autorizar o objeto desta contratação os gestores e fiscais designados abaixo, observados os art. 67 a 70 e 73 a 76, da Lei Nacional nº 8.666, de 1993 1993 e o Decreto Municipal 14.201/2022.

Gestor do Contrato

Nome: Ivaci da Silva
E-mail: ivaci.silva@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4132

Gestor suplente do Contrato

Nome: Raphael Silva
E-mail: rapahel.silva@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4116

Fiscal Técnico

Nome: Fabrício Marcelino Cruz e Silva
E-mail: fabricio.silva@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4132

Fiscal Suplente

Nome: Alexandre Gonzaga
E-mail: alexandre.gonzaga@saaeita.mg.gov.br
Contato: (31) 3562-4132

7.4. A existência da fiscalização, não exime, em nenhuma hipótese, a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela Lei Civil, bem como dos danos materiais, morais e pessoais que forem causados a terceiros, sejam por atos e omissões próprios, ou de seus prepostos na execução do contrato. De igual maneira, a contratada responde integralmente pela segurança do pessoal na execução dos serviços;

7.5. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente, à qualidade da obra executada, a fim de possibilitarem a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

7.6. A contratada se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização, livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas a máquinas, equipamentos, pessoal e materiais, fornecendo, quando for solicitado, todos os dados e elementos referentes à execução da obra;

7.7. Competirá ao responsável pela fiscalização do contrato velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto nas Especificações Técnicas, na proposta comercial apresentada pela contratada e neste instrumento;

7.8. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

7.9. O SAAE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Projeto Básico, Especificações Técnicas e seus anexos e da proposta comercial apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. O SAAE reserva-se no direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, podendo rescindir o contrato nos termos do art. 78, inciso I e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, ambos da Lei 8.666/93;

8.2. A Contratada é obrigada a comunicar ao SAAE a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução da obra;

8.3. A justificativa de quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos previstos no cronograma da obra somente será considerada se apresentada por escrito, e após aprovação do Gestor e/ou do Fiscal do contrato, designados pelo SAAE;

8.4. A tolerância do SAAE com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da Contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo;

8.5. A Contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

8.6. A Contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, inclusive sociais e salariais dos empregados, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para execução do contrato;

8.7. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros;

8.8. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra;

8.9. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

8.10. Não é vinculado à Administração o dever de contratar com a adjudicatária, ou seja, a o SAAE poderá revogar a licitação, em razões de interesse público, relativas a fato superveniente, devidamente comprovado, não cabendo, à licitante adjudicatária, qualquer tipo de indenização.

8.11. O SAAE de Itabirito convocará a licitante para assinar o contrato, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da notificação, sob pena de não o fazendo, ficar caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, com aplicação das sanções cabíveis.

8.12. É facultado ao SAAE, quando o convocado não assinar o contrato ou não aceitar, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços, ou revogar a licitação.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1. A CONTRATADA, no cumprimento deste contrato, obriga-se a:

- a) Prestar os serviços contratados com zelo, eficácia, eficiência e efetividade, dentro dos prazos estabelecidos.
- b) Cumprir todas as determinações, as ordens verbais ou escritas dos responsáveis pela CONTRATANTE, quando o serviço e/ou materiais não atenderem às normas técnicas e legais estabelecidas.
- c) Manter atualizados todos os documentos exigidos na fase da contratação.
- d) Credenciar prepostos para representá-la permanentemente junto a CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato.
- e) Executar a obra conforme projetos, bem como obedecer às Normas Técnicas e procedimentos específicos para serviços de construção civil.
- f) Acompanhar as medições dos serviços juntamente com a fiscalização do Saae.
- g) Emitir Diário de mediação do andamento dos serviços executados.
- h) Emitir e quitar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da Execução da Obra.
- i) Tomar todas as medidas necessárias em casos de embargo, interdição ou paralisação dos serviços, no sentido de manter o local da ação devidamente protegido e resguardado, de maneira a não oferecer riscos a terceiros e ao meio ambiente.

- j) Estocar os materiais de modo a não prejudicar suas características, visando atender às prescrições para o seu adequado emprego. A limpeza das áreas deverá ser mantida de tal forma a não comprometer o ambiente, no aspecto higiênico e de segurança. Exceto para aqueles materiais ou estruturas a serem removidas temporariamente e depois restituídas a seu estado original, todos os escombros, refugos, vegetação e materiais de demolição deverão ser imediatamente removidos do local, pela CONTRATADA, de maneira satisfatória. O material e as estruturas temporariamente removidos, para posterior reinstalação, deverão ser adequadamente armazenados e protegidos.
- k) Fornecer todas as ferramentas, equipamentos e mão de obra, e também toda a infraestrutura logística de apoio e demais dispositivos de sinalização e segurança, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos pessoais e/ou materiais provenientes da inobservância dessas obrigações.
- l) Realizar a verificação da compatibilidade dos materiais e equipamentos com o local de sua instalação, obrigando-se a informar ao Saae qualquer discrepância porventura encontrada, a fim de permitir em tempo hábil eventuais ações corretivas, evitando atrasos ou quebra no ritmo dos serviços.
- m) Promover o transporte dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, bem como do pessoal até o local dos trabalhos.
- n) Fornecer equipamentos de segurança para seus funcionários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT e Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978 - NR 06 (Norma regulamentadora - Equipamentos de Proteção Individual). Os EPIs devem estar com os respectivos CAs - Certificados de Aprovação, emitidos pelo órgão competente, do Ministério do Trabalho, no prazo de validade e atender às especificações da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual.
- o) A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de segurança para os operários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT, devendo estar em perfeitas condições de uso e em número suficiente para os serviços contratados.
- p) Caso o serviço apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, a fiscalização da obra do SAAE solicitará a regularização no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**. O atraso na correção dos mesmos acarretará a aplicação das penalidades cabíveis.
- q) A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a fiscalização e supervisão do SAAE à inspeção dos serviços em qualquer dia e horário, prestando todas as informações necessárias.
- r) A CONTRATADA deverá apresentar ao SAAE, sempre que solicitado, ficha ou registro de empregados, comprovantes de cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança em geral.
- s) Ser a única responsável pela garantia dos serviços de manutenção prestados e caso ocorra qualquer erro na execução dos serviços a CONTRATADA deverá corrigi-lo sem ônus de qualquer espécie para a CONTRATANTE.

9.2. DA CONTRATANTE

9.2.1. A CONTRATANTE, no cumprimento deste contrato, obriga-se a:

- a) Prestar todas as informações e dados relacionados ao objeto ora contratado sempre que se fizer necessário ao cumprimento deste Contrato.
- b) Colocar à disposição servidor(es) especializado(s) para orientações e fiscalização do Contrato.
- c) Efetuar o pagamento devido, no prazo determinado.
- d) Agendar reuniões e visitas técnicas, se necessário;
- e) Supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência.
- f) Efetuar o pagamento devido, no prazo determinado.
- g) Paralisar os serviços quando constatado risco grave e iminente aos empregados do Saae, da CONTRATADA e de terceiros, em conformidade aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.
- h) Realizar outras exigências à CONTRATADA, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, das suas propriedades e do meio ambiente.
- i) Aplicar penalidade administrativa (NR 06), quando o responsável pela Segurança do Saae observar reincidência quanto a não utilização correta dos EPI's e EPC's.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão realizados conforme Cronograma Físico-financeiro (**ANEXO II**) parte integrante deste Projeto Básico e de acordo com as medições da obra concluídas e entregues ao fiscal do SAAE;

10.2. O pagamento será realizado mensalmente, em **até 30 (trinta) dias corridos** após a emissão e aceite da(s) Nota(s) fiscal(is), através de **boleto bancário** ou **depósito bancário** em conta corrente, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer o nº da agência e nº da conta bancária, de sua titularidade, para a efetuação do depósito;

10.3. O pagamento será realizado pela Contabilidade do Saae de Itabirito-MG.

10.4. Em caso de eventual atraso no pagamento por parte do Saae, serão observadas as normas constantes da Lei Geral de Licitações.

10.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, posteriormente a emissão do Empenho Prévio, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

10.6. A(s) Nota(s) fiscal(is) deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, devendo ser emitidas dentro dos parâmetros legais, acompanhadas de cópia da **CND** (Certidão Negativa de Débitos relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) e do **CRF** (Certificado de Regularidade do FGTS) da **CONTRATADA** e todas as incidências fiscais que sobre elas possam recair, condições estas indispensáveis para a efetuação do pagamento, não sendo permitido, por lei, antecipar o pagamento.

10.7. Informamos que a Autarquia municipal, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012, e no Decreto Municipal nº 14.890 de 08 de maio de 2023, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado.

10.7.1. Para fins de retenção na fonte prevista nos normativos mencionados, os documentos fiscais deverão ser emitidos pelas pessoas jurídicas constando o destaque da retenção do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na IN RFB nº 1.234, de 11 janeiro de 2012 e no Mafon 2023, o qual não esgota as situações possíveis, devendo, ainda, ser verificado no texto legal o enquadramento do bem fornecido ou do serviço prestado.

10.7.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados às pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, e alterações.

10.7.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.7.4. No caso de não retenção do IR na fonte, nos termos dos incisos III, IV e XI do art. 4º da IN 1234/2012 da RFB, além da informação no documento fiscal quanto ao enquadramento legal, a entidade beneficiária deverá apresentar a respectiva declaração constante dos Anexos II a IV da citada IN e alterações posteriores.

10.8. A Contratada deverá demonstrar nas Notas Fiscais as deduções, a saber: ISS e INSS.

10.9. Para qualquer alteração nos dados da empresa, a CONTRATADA deverá comunicar ao Saae por escrito, acompanhada dos documentos alterados, antes da emissão da Nota Fiscal.

10.10. Em caso de irregularidade da emissão das notas fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. A dotação orçamentária necessária à realização das despesas decorrentes do objeto desta licitação consta do Orçamento da Autarquia, a saber:

03 Serviço Autônomo de Saneamento Básico
03.001 Serviço Autônomo de Saneamento Básico
03.001.001 Serviço Autônomo de Saneamento Básico
03.001.001.17 Saneamento
03.001.001.17.512 Saneamento Básico Urbano
03.001.001.17.512.1712 Sistemas de Saneamento Básico Urbano
03.001.001.17.512.1712.3006 Despesas de Capital dos Sistemas de Saneamento Básico Urbano - Esgoto
03.001.001.17.512.1712.3006.44.90.51. Obras e Instalações
03.001.001.17.512.1712.3006.44.90.51.03 Obras e Instalações de Natureza Industrial
Fonte de Recurso:
02 Recursos de Exercícios Anteriores
02.0501 Outros Recursos não Vinculados
02.0501.0000 Sem
Ficha: 1156 **Centro de Custo: 69**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O prazo de **execução da obra do SES do Bairro Portões e do Bairro Meu Sítio** será de **70 (setenta) dias**, contados no dia subsequente à data de emissão da Carta de início de obra;

12.2. O prazo de **vigência do contrato** será de **90 (noventa) dias** contados da data de assinatura, devendo ser publicado o extrato do contrato na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93;

12.3. Ambos os prazos poderão ser prorrogados, caso necessário, nos termos do artigo 57, da Lei nº 8666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A Contratada não poderá ceder ou subcontratar as obras objeto desta contratação, sem prévia autorização do SAAE, por escrito, sendo vedada a efetivação com empresa que tenha participado de qualquer etapa da licitação;

13.1.1. Desde que devidamente autorizado pelo SAAE, a Contratada poderá subcontratar **30% (trinta por cento) do contrato, excluídas as parcelas de maior relevância do objeto, inclusive as que foram utilizadas como parâmetro para a análise da qualificação técnica;**

13.2. A autorização de subcontratação concedida pelo SAAE não eximirá a Contratada da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições do contrato;

13.3. A subcontratação, se autorizada pelo SAAE, poderá ser com pessoas jurídicas, desde que regularmente constituídas e devidamente inscritas nos órgãos competentes;

13.4. No caso da subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas da obra, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal da obra de que trata este Projeto Básico e seus anexos, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade e cumprimento do cronograma da obra;

13.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante ao SAAE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

13.6. É vedada a subcontratação total dos serviços desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

14.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.8. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, das quais resulte desequilíbrio financeiro permanente, a CONTRATADA e a CONTRATANTE poderão pleitear revisão de preços, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações.

14.9. A Contratada, quando for o caso, deverá formular requerimento, a ser devidamente protocolizado no protocolo geral do SAAE, dirigido ao gestor do contrato, comprovando a ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, com os seguintes dados:

- I. Identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório/processo de dispensa ou inexigibilidade, número da modalidade licitatória e número do contrato;
- II. Breve justificativa do pedido de restabelecimento de preço;
- III. Documentação comprobatória do alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.9.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, de produtos, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, bem como Reportagens que podem ser extraídas de páginas eletrônicas da Internet confiáveis que corroboram com a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito.

14.9.2. A nota fiscal indicada no parágrafo anterior deverá constar a mesma marca do produto indicada na proposta comercial da licitação.

14.9.3. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos, comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

14.10. A cada pedido de revisão dos preços deverão comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

14.11. É VEDADO À CONTRATADA INTERROMPER A EXECUÇÃO DA OBRA, ENQUANTO AGUARDA O TRÂMITE DO PROCESSO DE REVISÃO DE PREÇOS, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL E NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA CLAÚSULA.

14.12. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. A CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. Constituem motivos para rescisão do contrato os casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei nº: 8.666/93.

16.2. O contrato poderá ser rescindido na forma do art. 79 da Lei nº: 8.666/93.

16.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº: 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito à devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

16.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei nº: 8.666/93.

16.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. Na execução do presente Contrato é vedado à CONTRATANTE e ao BENEFICIÁRIO (A) e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

17.1.1. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

17.1.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato.

17.1.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no edital.

17.1.4. Conhecer e cumprir previstas na Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CONTRATANTE.

17.1.5. Manipular ou fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES

18.1. Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: **advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade**, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, em conformidade com as Sanções previstas no Edital.

1. A advertência, realizada por escrito, pelo fiscal ou gestor do contrato, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:

- I - Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;
- II - Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- III - Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- IV - Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.

1.1. A advertência será expedida, também, pelo ordenador de despesas competente, orientado pelo fiscal ou gestor do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:

- I - Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- II - Quando tratar-se de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.
- III - Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.

2. A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato/ata não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:

- I - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico de obras;
- II - 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;
- III - 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;
- IV - 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço ou da obra não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.
- V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

2.1. A multa será formalizada por apostilamento, conforme dispõe o parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº: 8.666/93, e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do art. 86, da Lei nº: 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I - Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;
- II - Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- III - Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.

2.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte.

2.3. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:

- I - O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;
- II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.

2.4. poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2.5. Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.

3. impedirá, temporariamente, o fornecedor de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:

I - Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuem ocorrência anterior registrada em documento oficial;

II - Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;

III - Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b. Praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;

c. Receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;

d. Manter comportamento inidôneo.

3.1. O prazo acima mencionado, quando se tratar da modalidade de licitação denominada pregão, será limitado a 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº: 10.520/2002.

3.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: o Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; o Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.

3.3. A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede do SAAE.

4. A **declaração de inidoneidade**, de competência do Presidente do SAAE, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração.

4.1. Será declarada inidônea a empresa que praticar condutas como as descritas nos artigos 337-E a 337-O do Código de Processo Penal.

4.2. A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO DIREITO

19.1. Caso a CONTRATANTE tenha que ingressar em juízo para fazer valer este instrumento, bastará alegar os fatos constitutivos de seu direito, competindo à CONTRATADA, o ônus de provar o contrário. Se a CONTRATANTE for ré ou litisconsorte passiva, bastará sua alegação dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da CONTRATADA e a esta restará o ônus da prova contrária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

19.1. Integra o presente contrato o **Processo Licitatório nº 091/2023**, na Licitação modalidade de **Tomada de Preços nº 008/2023**, nos termos da Lei 8.666/1993, com suas posteriores alterações, **homologado em XX/XX/2023**, com as inclusas condições gerais neles contidas, assim como a proposta firmada pela CONTRATADA com todas as condições nelas contidas, naquilo que não conflitarem com este instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Itabirito/MG, para dirimir qualquer ação ou pendência que porventura advenha do presente instrumento, renunciando, expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.2. E assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Itabirito/MG, **XX de XXXXXXXXXXXXX de 2023**

Rogério Eduardo de Oliveira
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Ivaci da Silva
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
GESTOR DO CONTRATO

Raphael da Silva
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
GESTOR SUPLENTE DO CONTRATO

Fabício Marcelino Cruz e Silva
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
FISCAL DO CONTRATO

Alexandre Gonzaga
Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito - SAAE
FISCAL SUPLENTE DO CONTRATO